



**ATA N.º 7/2013**

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES;**
- 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;**
- 3. AUDITOR EXTERNO/ EMISSÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÃO 20/DGF/2013 – Para conhecimento;**
- 4. AUTORIZAÇÃO PARA O LANÇAMENTO DE “DERRAMA”. PROPOSTA N.º 19/GAP/2013. PROPOSTA N.º 19/GAP/2013;**
- 5. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. PROPOSTA N.º 30/GAPV/2013;**
- 6. PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM SA. PROPOSTA N.º 32/GAP/13;**
- 7. LEI N.º8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. INFORMAÇÃO N.º21/SC/2013;**
- 8. LEI N.º8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013. INFORMAÇÃO N.º22/SC/2013;**
- 9. CONTRATO DE TRANSAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, S.A. PROPOSTA N.º 33/GAPV/2013;**
- 10. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDEDO. PROPOSTA N.º 31/GAP/02013.**
- 11. REVISÃO DO PDM DE CHAVES - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, A INTEGRAR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO -**



**INFORMAÇÃO Nº 313, DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DE 08.11.2013;**

**12.ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM;**

**13.ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;**

**14.ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES NO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO DO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA E BARROSO;**

A sessão teve início com a evocação solene em memória do Mestre Nadir Afonso tendo sido respeitado um minuto de silêncio.

Em seguida o Senhor Presidente da Mesa fez a seguinte intervenção:

**"Excelentíssimos familiares de Nadir Afonso, Excelentíssimos convidados da família e desta Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores membros eleitos desta Assembleia, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores.**

**Ao decidir por esta Sessão Evocativa estamos a fazer o mínimo que a mais elementar justiça exige.**

**Chaves e Nadir, Nadir e Chaves, qualquer que seja a ordem, é uma Associação Feliz que a História nos colocou em mãos. Todos temos a responsabilidade de a aprofundar, desenvolver e promover.**

**Vasarely, em 1968, disse que Nadir era, sem dúvida, o mais importante pintor português contemporâneo.**

**Concordando com Vasarely e tendo tido o privilégio e a honra de ouvir, apreciar e admirar Nadir, há uma faceta da sua singular e fascinante personalidade que hoje e aqui quero enfatizar:**

**- A sua particular ligação a Chaves.**

**Em Chaves Nadir cresceu, estudou, construiu a sua primeira rede de amizades, despertou os sentidos. Em Chaves Nadir começou a fazer a diferença: com irreverência, rebeldia, sagacidade, vontade de evoluir e vencer.**

**Foi assim que Chaves se tornou exígua para o mundo que lhe abriu o horizonte. Nadir percorreu mundo, o cenário mais adequado ao seu talento sem limites.**

**Mas Chaves, a cidade do Tâmega (que todos sabemos Nadir adorava) foi sempre o seu lugar seguro. No brilho do seu olhar, no fino recorte do seu gesto, na sua inconfundível expressão oral, sempre Chaves se sentia refletida de forma única. Com Nadir Chaves viajou pelo mundo.**

**Na memória de Nadir Chaves é uma constante. É imprescindível que Chaves mantenha sempre viva a memória de Nadir. Disse. João Batista"**



O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse:

**" Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Vice Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e Senhores membros eleitos, Senhoras e Senhores, Dra. Laura, Artur e demais familiares.**

**É para mim uma distinta honra representar os flavienses nesta sessão solene evocativa da memória de Nadir Afonso.**

**Alguém disse que alcançou o sucesso aquele que viveu bem, riu com frequência e amou muito. Esta afirmação ajusta-se na perfeição à figura inesquecível do nosso homenageado.**

**A projeção de Nadir Afonso como pintor, filósofo de arte e arquiteto foi tão-somente um reflexo do ser humano extraordinário que também soube viver e partilhar os seus noventa e três abençoados anos. Quem não se lembra daquele sorriso amável, da expressão carinhosa, da doce simplicidade com que sempre abraçou a vida; do espetáculo de sabedoria, simpatia e bom humor com que o nosso carismático Mestre prendia a atenção das suas audiências em tertúlias, reuniões ou grandes auditórios.**

**Ao longo da vida manteve-se fiel à sua origem. É por isso, que lembrar Nadir, é também materializar os laços que unem todos os flavienses.**

**Conhecido e reconhecido pela sua obra, Nadir recebeu em 1967 o Prémio Nacional de Pintura e em 1969 o Prémio Amadeo de Sousa Cardoso. Em 1984 é condecorado com o grau de Oficial e em 2010 com o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Santiago e Espada. Doutor Honoris causa pela Universidade Lusíada e pela Universidade do Porto, Chaves também não quis deixar de honrar este seu nobre cidadão, agraciando-o com a Medalha de Ouro em 1982 e com a Medalha de Honra em 2010, o maior galardão municipal.**

**Nadir escreveu: «A obra de arte como toda a forma de criação obedece às leis da natureza persentidas através de uma perceção sensível. A dificuldade consiste em compreender, a partir dessas normas naturais, as vias de formação do seu objeto concreto e o correspondente reflexo sobre as diferentes sensibilidades perceptíveis».**

**Com o seu olhar intenso, misterioso e sempre maravilhado, Nadir pintava a natureza de uma forma única, tão pessoal e simultaneamente tão partilhada. Quem não se lembra do Mestre entusiasmado, volteando as suas mãos finas na explicação da sua arte.**

**Citando Fernando Pessoa «há ideias vulgares e ideias elevadas. Há sensações simples e sensações complexas. Há criaturas que só têm ideias vulgares e criaturas que muitas vezes têm ideias elevadas, conforme a ideia, o estilo, a expressão, não há para a arte critério exterior. O fim da arte não é ser compreensível porque a arte não é propaganda política ou imoral».**



O Mestre Nadir pertence ao restrito universo dos que tiveram muitas vezes ideias elevadas, daqueles para quem quase tudo era questionável e pouca coisa intocável. É disto exemplo a reflexão tirada de Nadir, face a face com Einstein. "O Universo como continente recetáculo, não tem princípio nem tempo, nem fim. É só no seu interior conteúdo. A energia levítica tudo gera; movimento espaço, tempo, numa clareza sem enigmas, sem mistérios, sem contradições e sem mistificações".

A respeito da concessão da arte permitam-me uma última associação a Fernando Pessoa. «A arte baseia-se na vida. Porém, não como matéria, mas como forma. Sendo a arte um produto direto do pensamento, é do pensamento que se serve como matéria. A forma vai buscá-la à vida. A obra de arte é um pensamento tornado vida. Um desejo realizado de si mesmo. Como realizado tem de usar a forma da vida que é, essencialmente a realização. Como realizado em si mesmo tem de tirar de si a matéria em que se realiza». A essência deste pensamento inspira-me uma mensagem de esperança. Que pessoas como Nadir Afonso sejam exemplos a seguir, contribuindo para tornar as nossas vidas mais tolerantes, mais abertas e mais capazes de nos levar onde podemos e onde queremos.

Nadir Afonso é eterno e universal. A grandeza da sua obra perdurará vencendo a pequenez triunfante destes tempos. É para Chaves uma enorme honra poder prestar ao Mestre esta sentida homenagem perpetuando a sua memória através da fundação Nadir Afonso e do Mausóleo".

Foi igualmente dada palavra aos representantes dos partidos com assento nesta Assembleia Municipal pela ordem crescente da sua representatividade, assim definida:

Pelo CDS/PP usou da palavra a Senhora Professora Maria Zélia Valoura que disse:

"Cumprimento todos os presentes, de forma especial e calorosa a família de Nadir Afonso e congratulo esta Assembleia pela iniciativa desta cerimónia a um homem que fez da ciência arte e poesia e está no coração de cada um de nós.

Se todos os filhos da terra nos merecem homenagem, este, pela sua vivência merece-a com enfase redobrado. Nadir Afonso, flaviense que muito nos honrou, deixou a vida terrena no passado dia 11 de dezembro, poucos dias depois de ter completado noventa e três anos. Contudo ter deixado a vida terrena não se traduz na morte. Não morre quem assim marca a vida dos outros e Nadir marcou indiscutivelmente a vida de todos aqueles que o conheceram e muito em concreto da cidade que o viu nascer.

Chaves, ponto remoto da geografia mundial foi levado ao mundo nas linhas geométricas do pintor.

Nadir Afonso consubstanciou o sonho; foi além do seu próprio destino fazendo-se percursor não só de um estilo mas também muito destemidamente de um caminho, que afinal é possível, mesmo quando se configura difícil e íngreme.



Inconformado, visionário, dono de uma lucidez que não reconhecia o tempo, como ele próprio afirmava, Nadir destacou-se tornando-se um superlativo, relativo de superioridade em todos os adjetivos que lhe possamos atribuir enquanto artista.

Viu a arte de um ponto de vista próprio que conseguiu sublimar e traduzir aos outros numa basta obra onde a cor, a geometria, a natureza e a objetividade se conjugavam num vislumbre de harmonia e estética incomparável. Distanciando-se daquele que seria o caminho mais fácil - a arquitetura, sua formação inicial, Nadir tornou-se um expoente, um exemplo, um pensador. Um legado que nos merece, como seus conterrâneos, um respeito intransponível.

É mais um dos filhos desta terra é certo. Um filho que a ela voltou sempre em busca de ânimo e inspiração para renovada investida na vida. A ela voltou agora para que seja aqui o leito do seu descanso.

Por tudo isto será intrínseca à qualidade de ser-se flaviense a gratidão ao Mestre Nadir Afonso e a homenagem perene à sua pessoa e obra.

Obrigada Nadir Afonso por existir e fazer parte das nossas vidas.

Aquele abraço do tamanho do tempo que o mundo há-de durar”.

Pelo MAI usou da palavra a Senhora Dra. Emília de Lurdes Sousa Martins Nogueira que disse:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, Dr. João Batista.

Permita-me que, na sua pessoa cumprimente todos os presentes neste Auditório e me dirija especialmente à família do Insigne Flaviense Nadir Afonso, na pessoa da Dra. Laura e seu filho Afonso.

Em nome do Movimento Autárquico Independente, aqui representado, quero expressar-lhe as nossas mais sentidas condolências pela perda física de um ente tão querido e dizer-lhes que, neste momento de dor, estamos irmanados com o vosso sofrimento pois, também nós, sentimos a orfandade em que nos deixa a sua perda.

Todavia, é com orgulho que assumimos a sua herança de Flaviense que, contrariando a interioridade desta terra, qual “brasão do assinalado” se fez ao Mundo e ao Mundo deu novos mundos com a sua Arte, pois a “visão do artista” mais não é do que descobrir novos horizontes.

Por isso, se nos serve de lenitivo, dele apenas parte aquilo em que se parecia connosco - na matéria - porque o seu espírito, que é tudo no Artista, perdurará.

E concluo com as palavras de Fernando Pessoa que também se aplicam ao legado do nosso Mestre: «Só a arte é útil. Crenças, exércitos, impérios, atitudes, tudo isso passa. Só a arte fica, por isso só a arte se vê, porque dura».

Pelo Partido Socialista usou da palavra o Senhor Engenheiro Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues que disse:



**"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhoras Presidentes de Junta, Senhores Presidentes de Junta, Senhores membros desta Assembleia, público em geral, membros da Comunicação Social e em especial a família do nosso grande Mestre.**

**A vida tem destas coisas. A sua maior perversidade é a imprevisibilidade. Tudo foi feito por esta Câmara, para que o Mestre da Previsão Matemática, da Arte Absoluta, pudesse ser ele "ao vivo" a inaugurar a sede da Fundação Nadir Afonso situada aqui na sua terra natal.**

**Por uma conjuntura de vontades, a Fundação vai ser instalada numa preciosidade arquitetónica da autoria de outro «monstro» da arquitetura mundial, contemporâneo de Nadir Afonso, Sisa Vieira de seu nome.**

**A sede da Fundação fica situada do outro lado do Rio, costas com costas, com a casa que o viu nascer.**

**Não pôde assistir e protagonizar esta inauguração. Só neste aspeto em particular é que o Mestre não atingiu a perfeição.**

**Na arte foi protagonista da paixão pela estética e das leis da harmonia. Deu voz e gerou a filosofia da cor e da essência da Morfometria.**

**Ao longo dos dias da semana passada - dia 11 deste dezembro gélido aqui em Chaves - os telejornais, a comunicação social, deixaram, por momentos, de falar de Mandela, o mestre do perdão, da tolerância e arauto indiscutível da liberdade, para falarem também do desaparecimento deste ilustre flaviense e cidadão do mundo.**

**Há quem referencie as enormes semelhanças entre os dois e preciosidades que são comuns a Mandela e a Nadir Afonso.**

**A imprensa do País e do mundo inteiro deu destaque do desaparecimento deste artista consagrado que, no dizer de Helena Jardim "internacionalizou Chaves nos quatro cantos do mundo, através da sua arte".**

**Muito foi dito e escrito acerca desta enorme figura que é o orgulho de todos os flavienses espalhados por todo o mundo.**

**Como membro eleito desta Assembleia Municipal e como representante do Partido Socialista deixamos aqui esta singela homenagem"**

**Pelo Partido Social Democrata usou da palavra o Senhor Dr. António Manuel Santana Abelha que disse:**

**"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Digníssima vereação, Senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta, Laura Afonso e família, Amigos de Mestre Nadir, minhas Senhoras e meus Senhores.**

**É uma honra, mas ao mesmo tempo, um desafio, falar de um homem tão multifacetado como foi Nadir Afonso. Ao contrário de alguns intervenientes,**



não tive o prazer, o gosto de privar com o Mestre Nadir. Várias vezes, estive a um metro dele, no café Sport, em que a família Afonso privava com a família Viçoso Fernandes; muitas vezes, estivemos separados por escassos centímetros, mas a verdade é que para além da simplicidade que ostentava, da sua maneira ser e de estar, nunca tive realmente a felicidade de privar com uma mente superior como foi a de Mestre Nadir. Esta minha intervenção resulta não do conhecimento pessoal do criador, mas das leituras que fui fazendo sobre ele, nomeadamente de Laura Afonso que, melhor do que ninguém, poderia conhecer na sua integralidade o homem e o criador. Neste bosquejo muito rápido, poderíamos dizer que nasceu há 93 anos, que nasceu na quinta dos Codeçais e que a sua vida foi um prenúncio da deambulação que, mais tarde, haveria de acontecer: movendo-se na margem esquerda ou na margem direita do Tâmega, habitando na Madalena ou na Rua da Cadeia e poderíamos evocar o círculo vermelho prenúncio daquilo que haveria de ser no futuro, ou poderíamos imaginá-lo entrando, brincalhão, nas missas na Madalena ou passeando, mais tarde, depois de ter estragado quantidade imensa de papel, como dizia seu irmão Lerenó, podíamos vê-lo com o cavalete e as tintas percorrendo a cidade, sentando-se junto ao Castelo ou S. Francisco ou nas margens do Tâmega. É essa a deambulação que conseguimos imaginar - obviamente não estivemos presentes.

Aqui estudou Nadir; daqui partiu para o Porto e o seu espírito de rebeldia, de inquietação e de desassossego, que nunca o abandonou. Felizmente, cedo se começou a demonstrar. No Porto, aconteceu-lhe um dos muitos percalços e injustiças que haveriam de o perseguir durante a sua longa, serena, pacífica e frutuosa existência. Induzido por um funcionário Nadir não se matricula em Pintura, como era seu desejo, mas em Arquitetura. Cite-se, aqui, como curiosidade, e como se pode ler, que Nadir tratava o estirador enquanto arquiteto, como pintor e utilizava o estirador, como arquiteto enquanto pintor, *i.e.*, na vertical enquanto arquiteto, na horizontal, enquanto pintor. São estes aspetos mais comezinhos que tento transmitir aqui, eu que, pela leitura, fiquei a conhecer melhor Mestre Nadir, é esse o intuito que me traz aqui de transmitir uma imagem, certamente um esboço, da grandeza que foi este homem,

No Porto, Nadir é homem interventivo e ele e outros colegas criam exposições que denominam de Exposições Independentes e aí vai começar aquilo que poderíamos chamar de um longo fadário para o artista: outros se apropriam da ideia e desse evento apagam o nome de Nadir e dos seus



colegas da Escola de Belas Artes do Porto. Esse será um fadário que Mestre Nadir terá que suportar, mesmo em tempos de democracia, como veremos.

Enquanto estuda no Porto, Nadir faz uma viagem ao Alentejo, como arquiteto, mas a sua intensa paixão pela pintura fá-lo mandar, passe a expressão, às urtigas, Dórdio Gomes e dedica-se por completo à pintura, mergulhando na paisagem surrealista em que se encontra e pintando magníficos quadros. E Dórdio Gomes tem a certeza de que se perdeu um arquiteto mas, pelas suas palavras, ficamos a saber que se ganhou um pintor: " evadiu-se da linha pura, para se embrenhar, todo inteiro, nas suas visões frenéticas e no labirinto escaldante da sua irresistível paixão pela pintura".

Terminados os estudos de arquitetura, Nadir parte, como outrora partiram os nautas portugueses, à descoberta do mundo, mas, sobretudo, da busca incessante do conhecimento.

Chega a Paris. Paris que o atrai, e sobretudo, a galeria Denise René, a única que privilegia a arte abstrata. Em Paris, conhece Le Corbusier com quem trabalha e Le Corbusier sabendo da paixão violentíssima de Nadir pela pintura, deixa que, durante as manhãs, pinte livremente e num ato altruísta nada lhe retira do seu salário.

Ali conheceu homens célebres, muitos que ficaram na história. Com uns privou mais de perto, com mais amizade; outros conheceu-os como nós nos conhecemos, mais ou menos profundamente: Vasarely, Portinari, Candilis, Xenakis, Pablo Picasso, Max Ernst, Dewasne e o mímico Marcel Marceau.

Regressa a Portugal para defender a tese e o que faz Nadir Afonso? Com o seu espírito de rebeldia escolhe como tema algo que não podia ser mais polémico: ele defende na Escola de Belas Artes do Porto, no curso de Arquitetura, a tese cujo título é *A arquitetura não é uma Arte*. E, depois, perspectiva-nos por que é que Pintura e Arquitetura são criações completamente distintas, que resumiria em duas palavras, com a liberdade que me dão: na pintura temos a liberdade, na arquitetura temos o condicionamento. E Nadir opta clara e decisivamente pela pintura.

Regressa a Paris e, anos mais tarde, parte para o Brasil. Se em Paris trabalhara com Le Corbusier, no Brasil vai colaborar com Óscar Niemeyer, um dos grandes nomes da arquitetura universal, que haveria de ser conhecido pelo seu projeto para a construção da capital Brasília.

Aí, durante três, quatro anos, trabalha como arquiteto para poder continuar a ser pintor. E, pela segunda vez, lhe sucede aquilo que há pouco designei como fadário. Em São Paulo na *Exposição Comemorativa do IV Centenário da*





*Cidade de S. Paulo*, há um concurso do cartaz. E Nadir concorre e respeita escrupulosamente o regulamento. Feito o concurso ficam selecionados três artistas, entre eles Nadir, e são aconselhados a apresentar uma outra proposta. E o facto é que Nadir não ganha, mas o trabalho premiado, é um plágio, uma cópia do trabalho concebido e desenhado por Nadir Afonso. Mais uma vez Nadir Afonso era postergado e não seria a última.

Em 1954, inova mais uma vez no campo da arte e colabora com o movimento de arte cinética.

Em 1955, concorre ao projeto do Monumento ao Infante D. Henrique e é aconselhado pelos amigos a desistir do concurso pois este estava antecipadamente ganho. Mais uma vez, o destino e os homens a maltrataram o génio de Nadir!

Em Portugal, a indiferença às exposições de Nadir continua, os críticos não lhes fazem, muitas vezes, a mínima alusão. Cumpre lembrar que, em Chaves, no início da década de sessenta, projeta a Panificadora que ficará como uma das cem obras da referência da arquitetura do século XX. Mais tarde, em 1965, nas palavras de Laura Afonso Nadir abandona para sempre a arquitetura.

As exposições realizadas em Portugal resumem-se a sucessivos fracassos, mas escreve Fernando Guedes: " As telas existem e a tela pintada dura muito tempo — o suficiente, quase sempre, para que um dia, no nebuloso futuro, alguém faça a descoberta. Claro que isso pode acontecer quando o pintor já tiver morrido (...). Não somos tão ricos que possamos dispensar, despreocupadamente, sem sequer o discutirmos, um pintor como Nadir Afonso.»

Nadir revela ainda uma faceta espantosa com a publicação da obra *Les Mécanismes de la Création Artistique* teorizando sobre a ligação estreita da criação artística à Matemática e à Geometria.

Em plena década de oitenta, Nadir era vítima de censura em Portugal, por parte de dois jornais de referência que, na sua secção de arte, ignoravam por completo a produção artística de Nadir.

Em 1990, Laura Afonso, lança o livro: «*Da Vida à Obra de Nadir Afonso*, elogiado pelo Correio da Manhã.

Para Nadir-criador, e ao contrário da maioria dos teóricos que consideram que na criação artística há como que uma epifania, uma revelação, a criação decorre das leis da natureza, não há qualquer mística ou metafísica ou iluminação demiúrgica. Nadir que desafia em *Universo e o Pensamento*, Albert



Einstein e a sua teoria da relatividade, bem como Copérnico, Max Planck e Hubble.

Outro aspeto interessante em Nadir é a teoria da incompletude da obra. Para ele uma obra só está completa quando “deixa de me oprimir, quando não há nada a acrescentar ou a retirar”.

Nadir que inova na estética e na criação: a lei geométrica a que chamou morfometria confere especificidade à obra de arte, que é intemporal. Assim como os pitagóricos acreditavam que o mundo é regido pela matemática, também Nadir defende que a arte é regida por leis matemáticas.

Em Portugal, mais uma vez, Nadir é preterido e passa de percursor a seguidor em confronto com Almada Negreiros, na arte abstracionista, mas isso não era nada que Nadir não esperasse e, talvez por isso, de vez em quando os olhos de Nadir se humedeciam, lembrando-se de que *homo homini lupus*.

Contudo, não podemos dizer que Nadir tenha sido completamente esquecido: a publicação de selos editados pelos CTT; quadros em várias galerias; painéis em azulejo para espaços públicos; reproduções de pinturas transpostas para tapeçaria; diversos prémios e condecorações; e atribuição do seu nome a uma escola de Chaves.

Nadir esteve sempre à frente do seu tempo. Ninguém fica indiferente à sua obra.

No dia 21 de Novembro de 2009, Bento XVI reuniu-se com artistas fazendo-lhes o apelo de que a Arte deve servir para humanizar. Em 2009! Cinquenta e um anos antes, em 1958, Nadir escrevera: “«*L’art clarifie les esprits et dignifie l’homme. L’art humanise.*» que traduzo: “A arte ilumina os espíritos e dignifica o homem. A arte humaniza”.

Nadir Afonso foi e continua a ser incompreendido como pintor e como teorizador da criação artística. Hoje, aqui, nós lhe prestamos a merecida homenagem: ao homem e ao artista. O tempo lhe dará razão, estamos crentes. Nessa altura se desvelará aquilo que muitos já conhecem: Nadir alia à sua notável criação artística uma não menos notável e singular teorética – no sentido de pesquisa filosófica, cujo significado próximo seria Teoria do Conhecimento da Arte.

**Só nessa altura será feita justiça à honradez, á lhaneza e à genialidade do Mestre Nadir Afonso. Que assim seja!”**

Pela CDU usou da palavra o Senhor Dr. Manuel Justino Matos Cunha que antes de mais pediu desculpas pelo facto de ter chegado atrasado, por motivos da sua vida profissional. Em seguida disse:



"Gostaria de em meu nome pessoal e da CDU apresentar as condolências à esposa e aos filhos. Gostaria também de prestar homenagem ao pintor, ao teórico da arte, ao ser humano flaviense, se quisermos, que seguramente merece.

Julgo que não ficou espaço para vir aqui repetir ou aprofundar uma série de dados que já foram bem apresentados pelos meus antecessores.

Gostaria de deixar duas ou três notas mais pessoais e uma outra sobre o futuro. Pessoalmente, que tenho um imenso encanto pela pintura do Nadir Afonso, em especial pela dos seus primeiros quadros que representam paisagens da cidade do Porto e que, para mim, são impressionantes. Provavelmente são até os mais esquecidos, tendo em conta a evolução da sua pintura e todo o seu trajeto futuro.

Parte da minha aproximação ao Mestre veio através da minha filha que nos seus estudos de história da arte fez vários trabalhos sobre o Nadir Afonso, com quem teve contacto pessoal.

Gostava que tudo isto também servisse para olhar para o futuro porque, seguramente, os artistas gostam de olhar para o futuro. Sem ter qualquer conhecimento específico sobre a forma como Nadir Afonso viu a evolução do mundo nos últimos anos, julgo que, como a generalidade dos artistas, deve ter vista a evolução recente do mundo com algum desencanto. Embora pense que viu essa evolução sempre com a esperança, a criatividade e entusiasmo típica dos artistas, de pensar que é sempre possível transformar o mundo para melhor e que nessa transformação do mundo, os artistas e o Mestre Nadir, seguramente, tiveram, têm e terão um papel importantíssimo e insubstituível.

Em relação ao futuro, para além de agradecer a iniciativa que a Autarquia, através do seu Presidente da Câmara e a Mesa desta Assembleia Municipal tiveram, através desta homenagem, justa, indispensável e imprescindível, penso que a melhor homenagem que se pode fazer ao Mestre Nadir Afonso é que a obra da Fundação Nadir Afonso avance, se dinamize, fique ao dispor da Região, promova o ensino e a produção artística na Região e sirva para dar continuidade à imagem do Mestre e à sua obra.

Entendo que a Fundação, em cooperação com as autarquias do Alto Tâmega, com os professores e com a comunidade em geral, poderia dar um contributo importante à figura do Mestre Nadir Afonso através de uma forte dinamização do ensino artístico, no ensino básico. Podem contar comigo



individualmente e com o apoio da CDU, enquanto força partidária, para esse projeto”.

Usou da palavra a Senhor Dra. Maria Isabel Viçoso em representação dos cidadãos Flavienses que disse:

“Excelentíssimas autoridades civis, Excelentíssimos membros eleitos, cara família Nadir Afonso, amigos.

Nadir Afonso, notável pintor, ensaísta e meu precioso amigo não morreu. Imortalizou-se na sua polifacetada obra espalhada pelo mundo e não só de pintura mas também de pensador filósofo, retratado em obras que escreveu. Cito uma das primeiras. “Nadir face a face com Einstein”. Continuou filósofo no “Universo e o Pensamento”, no “Manifesto” e tantas outras.

Colocando em causa a teoria da relatividade que já aqui foi referida, Nadir Afonso, para mim e para muitos cidadãos, colocou-se ao lado de Galileu Galilei porque quando põe em causa a teoria da relatividade põe em causa que a velocidade da luz, desde o sol à terra se faça a uma velocidade constante. Eu, matematicamente subscrevo essa teoria e aceito os seus pressupostos porque, efetivamente, quando a luz vem do sol para a terra atravessa imensos obstáculos; atravessa órbitas de planetas, atravessa diferentes densidades do ar, logo não pode vir a uma velocidade constante. Se pensarmos num regato de água, desde que sai da nascente até à foz, encontra obstáculos e a sua velocidade varia. Esta teoria foi motivo de tese doutoral de um trabalho científico e toda a Academia aplaudiu esse académico no trabalho apresentado, no qual a teoria da relatividade estava a ser posta em causa.

Copérnico dizia que o centro do universo era a terra, Galileu Galilei veio dizer que o sol era o centro do mundo e isso quase o levou à fogueira pelo Tribunal da Inquisição. Nadir Afonso já hoje está a ser reconhecido como tendo razão relativamente à lei da relatividade; amanhã veremos nascer um novo Galileu Galilei. Nadir, ao criticar, justificando esta teoria da relatividade, foi também o precursor de que o tempo era no fundo, não um conceito afirmativo e total, mas antes um postulado que os homens conceberam. Um postulado dizendo que, tal como nós chamamos mesa a esta mesa, chamaram tempo aquilo que decorre e Nadir defende, também, essa teoria.

Nadir também se distingue no campo matemático, na procura de soluções para problemas considerados insolúveis algebricamente tal como a quadratura do círculo. E tanto trabalhou sobre ele que encontrou uma das possíveis soluções. Geometricamente decompôs o círculo em partes, e com essas partes



reconstruiu-as e formou um quadrado. Cá está a natureza de um círculo que afinal se pode transformar num quadrado.

Foi no campo da matemática o meu primeiro encontro com Nadir Afonso no ano de 1975 para lhe ajudar aquilo que nessa altura já tanto o preocupava. Equações de 4º grau, de 5º grau e por aí adiante. Equações essas que têm raízes nos chamados números irracionais e Nadir Afonso queria encontrar o número racional que pudesse satisfazer essas equações. Continuou a sua busca até chegar à quadratura do círculo. Ele aplicou essa matemática à obra de Van Gogh; escreveu a vida e a obra do pintor, um livro que ganhou um prémio internacional. Põe-se face a face com Van Gogh estuda a obra de Van Gogh sob o seu ponto de vista e encontra as incongruências nas obras de Van Gogh, dizendo ele que não teve tempo suficiente para as corrigir; esse livro é constituído por páginas onde um lado está a obra de Van Gogh e do outro está a mesma obra, mas corrigida nessas pequenas incongruências que o Van Gogh, pressionado pelo tempo, não teve tempo

Na área pictórica Nadir não se limitou a pintar. Foi pintor, ensaísta, esteta e pedagogo. Daí que os críticos, muitas vezes não lhe perdoassem porque ele além de ser pintor era na mesma forma crítico da sua própria arte e da arte dos outros.

Investigou o universo, apreende as formas matemáticas e aí presentes, sempre, absolutamente sempre, interpreta as leis que as relaciona, trabalha-as na tela, com os pinceis e explica-as em numerosas obras. Aí está o pedagogo. Quem ler as obras do Nadir fica a conhecer bem qual é a sua mensagem, a sua forma de pintura e como a transfere da natureza para a tela. Ele tem razão. A matemática é imanente à natureza universal, geométrica e algebricamente. Geométrica todos somos capazes de apreender, em muitas das figuras e objetos que nos aparecem pela frente, mas algebricamente é mesmo assim. O ananás está coberto por escamas, ou por folhinhas que estão distribuídas algebricamente; o mesmo acontece com a alcachofre, o mesmo acontece com a disposição das folhas num caule, nas escamas dos peixes, nos seguimentos das carapaças do caracol e das tartarugas. E não foi só Nadir que o descobriu. Já no século XIII o ilustre matemático Fibonacci descobriu a série de Fibonacci em que quase tudo que acontece na vida, nas flores, etc. a distribuição matemática está sempre presente. Começa por ser um elemento, ao qual se junta outro elemento e forma-se o casal e depois de dois junta-se mais um e são três, juntando mais dois são cinco; somando sempre os dois números antecedentes podemos



formar até ao infinito. Se fizerem essa observação num caule, quando as folhas nascem primeiro nasce uma folhinha, a seguir nasce outra, depois nascem duas acasaladas, depois nascem três, depois cinco e a seguir tudo se multiplica nessa sequência. Nadir descobriu que não só as formas mas também a álgebra estava ali presente. Descobriu estudo e investigou.

A obra pictórica de Nadir segue uma linha lógica de atividade matemática. Interpreta as formas e as leis do universo. Desconstrói-as, separa-as forma a forma, recorre às leis morfométricas, também leis da natureza, que estão associados à harmonia da forma, em medida e em forma. A partir daí desconstruiu e volta a construir como se fosse um puzzle; constrói sob um novo prisma, o seu próprio prisma, belas obras de arte com conexões extremamente harmoniosas em cores fortes, volumosas e todas as formas geométricas necessárias ao trabalho em que se envolveu. Círculos, quadrados, triângulos, arcos de parábola, de hipérbole, de elipse e muitas outras que a matemática comporta e não as comporta todas as que natureza tem.

Com toda essa peleia de saberes criou magníficas formas, mundo tão vasto onde só vou destacar uma simples migalha. Criou as cidades; começou a criar Chaves, criou o Porto, criou a Évora surrealista, avançou e criou as cidades do mundo ao longo da sua vida. E cada vez que voltava às cidades voltava a vê-las de outra maneira Houve duas cidades que foram as suas paixões. Veneza e Paris. Desenhou-as de inúmeras formas. Outra das grandes paixões da obra de Nadir são as figuras humanizadas. Retratou a mulher sublimemente, de forma etérea. As musas, as deusas ao vento, os tatuados, o bordel.... Também foi à mitologia e marcou as figuras do grifos, de minotauros e tantas outras.

Uma das últimas coisas surpreendentes foi uma exposição sobre gases raros. Sabemos que existem mas não conseguimos vê-los, mas Nadir, na sua pintura, conseguiu através de poliedros, de esferas, de ambientes etéreos e criou o cripton o néon etc. Um sem fim de temas tratados em criativa geometria que aperfeiçoava até ao último momento em que saía das suas mãos. Apesar de os críticos o tenham querido amarrar a períodos pictóricos, como é comum em pintura, ele sempre se libertou disso. Pintou sempre aperfeiçoadamente o que iniciou nos anos quarenta. Retomou estudos, pequenos trabalhos em pequenos quadrados de papel que foi fazendo, ao longo dos anos. Ao contrário do que aconteceu com outros pintores que criaram fama (por exemplo Miró) Nadir sempre estudou, evoluiu, procurou a perfeição em cada dia da sua vida.



Com seu nome de origem persa, raro, singular, invulgar, maravilhoso, é uma personalidade que trabalhou afincadamente com os seus pares, nos centros do fervilhar da ciência e da estética, se formou e afirmou como um dos melhores pintores da modernidade global, com obra exposta nos museus mais qualificados e aqui veio depositar o seu melhor e a si próprio. Através de Nadir, Chaves recebeu uma excelente herança do universo e é de todo justo elogiar a Câmara Municipal de Chaves por, em tempo oportuno, ter fundado a Fundação Nadir Afonso. Fundar é diferente de construir. Construída está quase, agora chegou a hora de lhe dar vida ativa, em conjugação com a sua Presidente Laura Afonso, grande companheira e obreira da divulgação e do prestígio que a obra de Nadir representa. Com a maior visibilidade que a Fundação possa ter, todos nós flavienses teremos a ganhar, económica e culturalmente, através do grande motor turístico. É indispensável levar bem longe esta magnífica fonte expansiva do tecido económico da cidade que, creio bem, está no espírito e inteligência de todos os flavienses. Sei que esse sentido está bem alicerçado nos órgãos autárquicos municipais, nomeadamente na pessoa do Senhor Presidente da Câmara. Sei que está bem interiorizada na Presidente da Fundação, minha amiga Laura Afonso e seus filhos. Bem haja Senhor Presidente da Câmara por se empenhar em tão importante investimento. Bem haja Laura Afonso e seus filhos pela valiosa contribuição que sempre colocaram na concretização dos elevados sonhos de Nadir. Bem haja a assistência pelo serviço de cidadania a que se dedica e pela atenção que me dispensou. Obrigado”.

Em seguida usou da palavra a Senhora Dra. Laura Afonso que disse:

**“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Senhora e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, membros da Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores.**

Poucos dias depois de comemorar noventa e três anos, Nadir Afonso partiu. O artista que assinou, com o nome dado pelas estrelas.

A vida do Nadir foi uma devoção ilimitada à arte e à estética, uma obsessão e um desígnio. Sendo um artista de uma criatividade desmedida, detentor de uma ampla capacidade de desenvolver raciocínios, Nadir Afonso é autor de uma obra singular, estruturada no contexto artístico internacional com congruente pioneirismo e um dos artistas de maior relevo na arte internacional. Um processo pautado pela reflexão e pela análise teórica - filosófica em que o artista defende a matemática subjacente a toda a obra



de arte. Nadir convoca-nos para o imperativo de sentir como toda a forma pode ser submetida às leis geométricas, da mesma maneira que reconhece as leis físicas ou leis químicas. Essas leis podem ser assimiladas pela sensibilidade humana a partir das formas elementares existente no seio da natureza, como tal, leis matemáticas que regem a matéria. Em Nadir sempre existiu uma grande liberdade de espírito na vida e na obra. Uma procura da exatidão e do sentido da harmonia dos espaços e das formas. Uma independência e uma liberdade, tal como diria Veronese, «nós os pintores, reivindicamos a liberdade que os poetas e os loucos reclamam». E assim, anuncia que a arte é um espetáculo de exatidão e partilha o conhecimento que as leis da matemática estão presentes em todo o universo, estabelece uma identidade das leis da estática e da cosmologia. Que propõe uma abordagem da arte a partir de quatro princípios. Sob a forma de condições de existência, a leis pré-existentes no cosmos. Universo e obra de arte mantêm com as condições de existência relações similares. É mediante a sensibilidade dessas condições que o criador consegue o seu objeto. Que explora o problema das leis universais e das leis morfométricas, essências à criação artística, ao mesmo tempo que defronta as leis da física que fundam o paradigma Einsteiniano e apresenta uma espécie de testamento filosófico onde mostra a diferença entre as qualidades quantitativas da arte e as qualidades qualitativas próprias dos objetos e como a matemática é a essência da arte.

Era um homem bom. Era um homem simples, bom, frugal, despejado, um espírito de Diógenes, de trato afável. Nadir o telúrico, nascido atrás das montanhas, o flaviense, o Barrosão, o artista cosmopolita das grandes cidades, que transportava consigo uma nova forma de encarar a arte, o viajante que no momento derradeiro regressou definitivamente à sua terra mãe. O forte sentimento de ligação às origens manifestou-se claramente ao considerar que a sua obra deveria ser legada à terra que lhe serviu de berço, através da Fundação Nadir Afonso. Com o arquiteto Álvaro Siza a incumbência de desenhar o magnífico edifício e, assim, trazer a Chaves o que de melhor se traduziu ao longo de mais de setenta e cinco anos de vida artística, através da doação de quadros e de espólio que fez à cidade de Chaves e à Fundação e que esta mesma Fundação tenciona perpetuar o seu legado artístico.

Apresentamos os nossos agradecimentos ao Município de Chaves e ao seu Presidente, pelo apoio prestado nas exéquias deste artista e homem raro.





Gostaria de finalizar com a leitura de uns poemas do pai de Nadir Afonso, Artur Maria Afonso, um flaviense adotivo.

1º. Poema

*«A Cena Final»*

*Persinto a morte em derredor de mim!  
Estou-lhe ouvindo o roçagar dos passos!  
Para mim já não têm os espaços  
A luz que tinham quando ao mundo vim.*

*As rosas, os cravos, o jasmim,  
Já não m'encantam, nem lh'estendo os braços.  
Há muito que caiu feito em pedaços,  
O meu templo... meu castelo de marfim.*

*Como chegou p'ra mim a noite escura,  
Dai-me varões de compaixão a prova:  
Eu vou morrer! Levai-me à sepultura!*

*E p'ra que não acorde no meu leito,  
Fazei o meu caixão descer à cova,  
De manso, devagar, com muito jeito!*

2º. Poema dedicado por Artur Maria Afonso aos entes queridos já falecidos.

*«Saudade»*

*Noite alta. Fere a minh'alma o pensamento  
E reparo nas estrelas do Levante.  
Estou sentado e triste. Surge-me diante  
A lembrança dos meus mortos, que lamento!*

*Se eu fosse Campoamor, ou fosse Dante  
No papel desenharia o sentimento!  
-Eu vejo os entes queridos lá distantes  
Na longínqua solidão do firmamento!*

*Muito os recordo!...E tantos que já tive  
Que se foram no meu peito amontoando  
Como ruínas de Troia e de Nínive!*

*E pedi àqueles sóis que reverberam,  
Que sempre alumiassem no seu fogo brando  
A alma dos que amei, e feneceram!*

3º. Poema dedicado por Artur Maria Afonso aos seus filhos.



**«Suave Cruz»**

*De tanto amar estes milhões de estrelas  
Que fito à noite a lucilar nos céus,  
A mão prodigiosa, a mão de Deus,  
Por graça imensa deu-me alguma delas:*

*Três filhos me ofertou, prémio bendito,  
A minha suave cruz, o meu encanto!  
Astros de graça a quem eu quero tanto  
Que penso ter comigo o infinito!*

*Senhor que guias pelo azul celeste  
Os mundos vastos, e que assim puseste  
Em meu regaço o bando pequenino,  
Com teu manto d'amor o vai cobrindo.  
Que eu o veja, hora a hora, rindo,  
E em casa terei sempre o sol divino!*

Em seguida o seu filho de Artur Afonso leu um soneto dedicado a Chaves e ao Rio Tâmega.

**«O Tâmega»**

*Rio gentil de margens verdejantes,  
Em que retinam cantos de sereia!  
Águas rolando por lençóis de areia!  
De pérolas translucidas, brilhantes!*

*Junto de ti os rouxinóis vibrantes  
Em tom de sonora melopeia.  
E quando sobretudo o Sol vagueia.  
Tens notas de beleza fascinantes!*

*Dás alegria a quem te vê passar  
Beijando relvas e movendo azenhas  
Subindo em baldes para ir regar.*

*Mas tens o teu reverso! Se embraveces  
Uivando de revolta, arrastas penhas,  
Submerges as campinas! Entonteces!*

O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Evocativa em honra e memória de nadir Afonso.



Procedeu-se à chamada dos membros eleitos tendo-se verificado que dos 79 membros que compõem a Assembleia Municipal, estiveram presentes 77.

Faltaram os Senhores:

João Ramos Duro

João Pedro Fontoura Garcia

Suspenderam o mandato os Senhores:

Maria Manuela Pereira Tender

João Miranda Rua

José Carlos Costa Matos da Conceição

Altamiro da Ressurreição Claro

#### ***Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”***

Para este período inscreveram-se os seguintes deputados:

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD - cumprimentou os presentes e saudou todos que foram eleitos pela primeira vez. Em seguida disse:

“Sem criticar, mas como alerta, refiro que as ruas, avenidas e estradas do nosso concelho estão em péssimas condições e é necessário fazer algum esforço para recuperar essas vias.

Tenho conhecimento a Câmara de Montalegre vai proceder ao arranjo da estrada que liga Meixide a Vilar de Perdizes e que aquela autarquia colocou à disposição da Câmara de Chaves as máquinas acertando posteriormente custos para arranjo da parte inserida no concelho de Chaves. Chamo também a atenção para a estrada municipal que liga Chaves a Carrzedo de Montenegro que se encontra em péssimo estado.

As artérias da cidade que mais necessitam de obras são as Avenidas Nuno Álvares, a de Santo Amaro, a de Santa Cruz, a dos Aregos e muitas outras vias da cidade.

Relativamente aos transportes públicos a empresa que faz os TUC's tem alertado a Câmara Municipal do número reduzido de passageiros que são transportados em determinados horários, com quatro viaturas em circulação. O horário das 15 horas tem um fluxo médio de treze passageiros/mês; o horário das 16,30h tem em média um fluxo de trinta passageiros/mês, o que é muito pouco para a sustentabilidade deste serviço. O horário das 18,30 h que é o último do dia transporta seis pessoas.

A Câmara Municipal deve fazer o levantamento e verificar com algum cuidado esta situação.

Há muitos anos a Autarquia entregou a Feira dos Santos à ACISAT mas da forma que está a ser organizada não tem o mínimo de condições de higiene, nomeadamente de por falta de WC. Aliás a falta de sanitários públicos é uma carência que afeta a cidade de Chaves e em caso da visita de grandes grupos de pessoas, como aconteceu recentemente com excursões de pessoas de Santo Tirso, não temos como responder adequadamente.

**ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – cumprimentou os presentes e desejou ao senhor Presidente da Mesa sorte e sucesso na nova e nobre função que assumiu.

“Sei que o fará com competência, com isenção, com equilíbrio e com sensatez.



Ao Senhor Presidente da Câmara quero também desejar-lhe os maiores sucessos. O sucesso do seu exercício será o sucesso do Concelho, será o sucesso das populações.

No período de grave crise económica e social que o País atravessa, que abrange as famílias do nosso Concelho, cujo agregado perdeu o emprego e que vivem com dificuldades económicas, desenvolva políticas sociais de apoio a essas famílias e principalmente um forte apoio às crianças que são da responsabilidade do Município, nomeadamente as crianças do pré e do primeiro ciclo.

Sabemos que nem sempre a verdade administrativa corresponde à verdade real e temos de ter muita sensibilidade na análise das situações para apoiar crianças que administrativamente não têm necessidades mas de facto têm necessidades”.

**FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SIVA PRETO** do MAI – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Face aos resultados das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, esta Assembleia apresenta uma configuração inédita. Pela primeira vez na sua história, além dos tradicionais grupos partidários que aqui vêm tendo assento, existe desta vez mais um grupo, constituído por cidadãos eleitos e que se candidataram pelo Movimento Autárquico Independente.

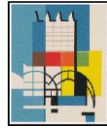
Ora, tendo em atenção que hoje se iniciarão os trabalhos desta Assembleia para o próximo quadriénio e a novidade eleitoral a que aludimos, e em jeito de apresentação, entendeu por bem este grupo, que eu lidero, utilizar o seu tempo correspondente ao período de “Antes da Ordem do Dia”, para explicar a todos os presentes o que o move neste Órgão Deliberativo, e qual a atitude que aqui irá tomar para conseguir aproximar o programa do MAI da população do concelho, sobretudo, tendo em atenção que nesta Assembleia, em consequência da eleição das senhoras e senhores presidentes de juntas de freguesia, existe uma clara maioria absoluta dum partido político, no caso, o PSD.

Assim, e nos termos do artigo 25.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e também nos termos do artigo 5.º do Regimento que hoje irá ser submetido à apreciação desta Assembleia e que, presumo irá ser aprovado, estaremos atentos ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, colaborando na apreciação e fiscalização da sua atividade, sempre que necessário, pronunciando-nos e deliberando sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município.

Iremos expor as nossas ideias com convicção, no intuito de procurar incutir nos membros desta Assembleia as suas virtudes, tentando dessa forma obter um consenso que gere uma votação maioritária, que vá de encontro à satisfação das necessidades e desejos da maioria dos habitantes do nosso concelho.

Sabemos que vivemos uma época conturbada, de grande crise, não só económica mas também de valores. Este é, provavelmente, o pior momento que se pode escolher para abraçar a política, mas nós gostamos de desafios.

Numa altura em que os nossos cidadãos se afastam, mostrando-se desiludidos e desconfiando dos políticos, o que se verifica especialmente pelo aumento preocupante da abstenção nos atos eleitorais, é importante e impõe-se que apareça mais gente na política, e sobretudo que não precise dela para viver, capaz de



cativar e motivar a população em geral, fazendo-a efetivamente crer que é importante para a nossa terra a participação política.

Para tal, é preciso que os políticos se dediquem à causa pública com delicadeza, honestidade, urbanidade e cortesia. Só assim a atividade política sairá dignificada e conseguirá a aproximação dos cidadãos.

Tudo faremos para manter a elevação dos debates nesta Assembleia, procurando sempre evitar atingir a honra e consideração seja de quem for, mas não teremos nunca receio de dizer a verdade, doa a quem doer, porque essa é a obrigação de todos nós.

Colocaremos sempre o interesse público acima de quaisquer interesses ou quezílias pessoais. O nosso concelho está em primeiro lugar e, como tal, se for necessário para resolver os seus problemas, sentarmo-nos na mesma mesa, do nosso adversário político, não inventaremos desculpas pessoais para evitar o debate de ideias. Só nessas circunstâncias é que poderemos continuar a dizer, como fomos dizendo ao longo da campanha eleitoral, que Chaves é o nosso partido.

Votaremos sempre em consciência, as propostas ou moções que forem surgindo nesta Assembleia e nunca, mas nunca, invocaremos qualquer tipo de disciplina de voto, que aliás condenamos porque vai contra os nossos princípios, para votar contra os superiores interesses do nosso concelho. Todos os eleitores que confiaram em nós podem estar certos que não os defraudaremos.

Pretendemos finalizar esta pequena intervenção de apresentação do nosso grupo, do qual fazem parte na maioria estreados, como é o meu caso, o dos professores Emília Nogueira e João Madureira, o da minha colega Joana Rodrigues, e o dos nossos Presidentes de Junta, Ricardo Rodrigues e João Pereira, e apenas dois reincidentes, que são o Professor Manuel Guerra e o Sr. Carlos Feliz, dizendo que estamos aqui com espírito de missão e com vontade de colocar todo o empenho no desenvolvimento do nosso concelho o que, com toda a certeza, iremos fazer.

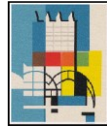
Desde já agradeço a atenção com que me estiveram a escutar e, neste início dum mandato que se afigura difícil, não deixarei de aproveitar este momento para desejar um bom trabalho a todos os grupos aqui presentes. Muito obrigado”.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Por motivos pessoais não pude estar presente no ato de instalação e primeira reunião da Assembleia Municipal mas li o discurso do Senhor Presidente da Câmara e entendo que fica aquém das necessidades do momento. Atrevo-me a recordar que há doze anos, quando o PSD ganhou a eleições o discurso era mais ambicioso, com mais metas e objetivos concretos.

Para além de pouca ambição parece-me que passa por cima de questões essenciais ou limita-as a palavras que não acrescentam nada aos últimos tempos.

É o caso das águas e dos resíduos sólidos que são fator de estrangulamento financeiro desta autarquia e de todas as autarquias do país. Foi o PS e o PSD, no governo e nas autarquias do país que nos empurraram para as Águas de Portugal e neste momento a Câmara de Chaves tem mais de dez milhões de euros de dívida só na água; nos resíduos temos uma situação semelhante.



Outro dos temas essenciais em discussão é a questão da saúde. Há quase três anos foi aprovada uma Resolução na Assembleia da República. Temos um Governo do PSD há trinta meses e não demos um único passo concreto em ralação a isso. Constatamos que, ao contrário do que desejávamos, se mantém uma evolução que eu chamaria de involução do Hospital de Chaves.

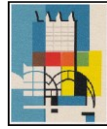
Fica um convite ao Senhor Presidente da Mesa para que na próxima Assembleia Municipal seja incluída na ordem de trabalhos, para discussão e reflexão, a questão da saúde. Ver se aquilo que se aprovou há três anos é válido, ou não; ver quais são os caminhos a seguir ou assistir, passivamente, à degradação do nosso Hospital. A CDU alertou que essa degradação não tinha, no essencial, a ver com o modelo do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro mas começava a ter muito que ver com os sucessivos cortes na saúde, no pessoal, nos medicamentos, nos reagentes que faltam. E não há reagentes porque o Hospital não paga e não paga porque não tem dinheiro, mas depois há dinheiro para o BPN, para as PPP, para as SWAP.

Recordo que, a menos que a decisão tenha sido modificada, deixaram de ser feitas as ecografias obstétricas no Hospital de Chaves, depois de ter sido encerrada a Maternidade, e as grávidas que se deslocam ao Centro Hospitalar a Vila Real para fazer esses exames, têm de pagar os transportes a expensas suas. Não conheço nenhuma decisão que ultrapasse promessas existentes há anos, de que o acompanhamento da gravidez não seria oneroso para as grávidas. Como resultado assustamo-nos por ter um concelho mais envelhecido em comparação, por exemplo, com Vila Real, por temos uma pirâmide etária completamente voltada do avesso e por estamos a hipotecar o futuro do concelho. Reafirmo que podem contar com a CDU como uma força ativa, com propostas construtivas e sem medo de denunciar e criticar as situações em que considerem que os interesses dos flavienses não estão acima de tudo. A CDU não diz que o seu partido são os flavienses ou é Chaves. A CDU é uma coligação que defende as suas ideias e as suas propostas e está sempre disponível para colaborar para soluções construtivas que defendam os interesses dos flavienses”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** lembrou que o artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal ainda em vigor diz, apesar de não ter sido uma prática muito usual neste Órgão, que a Ordem do Dia é estabelecida pela Mesa, deve incluir os assuntos que lhe forem indicados pela Câmara, mas também por qualquer membro da Assembleia Municipal, desde que sejam competência da própria Assembleia, por escrito, com a antecedência mínima de cinco dias, no caso das reuniões ordinárias ou de oito dias no caso das reuniões extraordinárias. Isto significa que qualquer membro desta Assembleia tem a faculdade de sugerir ou propor à Mesa a inclusão na Ordem de Trabalhos de assuntos como aquele que o Senhor referenciou.

**MARIA ZÉLIA VALOURA** do **CDS/PP** – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“O CDS/PP de Chaves está no novo ciclo. Não temos antecedentes recentes com os quais nos identifiquemos, mas temos definidas as premissas para o futuro. O nosso desafio é a continuidade do crescimento pelo trabalho que só se consegue contribuindo ativa e construtivamente para uma governação mais rica e assertiva, centrada nas pessoas. Estaremos atentos, longe do conforto de ficarmos a ver fazer



e da crítica fácil. Coerentes com esta postura questionámos o orçamento de 2014 nas reuniões realizadas com o Senhor Presidente da Câmara, Senhor Arquiteto António Cabeleira e Senhor Vereador Dr. Paulo Alves, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição. Demos entrada de um documento no passado dia 5 deste mês de dezembro, cuja cópia se entrega aos líderes das forças representadas nesta Assembleia e que apresenta um conjunto de mais de vinte e cinco medidas retiradas do nosso Programa, cujos custos de implementação são muito baixos ou inexistentes, não havendo lugar a desculpas de índole financeira, para não serem implementadas. Os resultados serão muito positivos na vida do Concelho, nas diferentes vertentes.

Evidencio, por exemplo, a rede de desporto urbano, com implementação de equipamentos em zonas de lazer e centro urbano de Chaves, com baixo custo para a prática espontânea de modalidades desportivas como basquetebol, voleibol, skate, ente outros; a troca de lâmpadas, pilhas e eletrodomésticos por títulos de transportes, fomentando a reciclagem e a utilização dos transportes públicos.

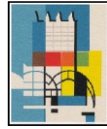
Tendo em conta a data que se avizinha gostaria de sublinhar a iniciativa de desperdício zero já implementada em alguns concelhos, inspiradora do ano europeu contra o desperdício alimentar que se celebra em 2014. Segundo dados estatísticos recentes, Portugal desperdiça um milhão de toneladas de alimentos, dos quais 17% do que é produzido no nosso País vai para o lixo, situação que uma observação empírica atenta, não isenta o concelho de Chaves de contribuir para tal situação. Esta questão que assume uma responsabilidade direta, como um direito humano fundamental “o direito à alimentação”, além de ética é uma questão moral num tempo de crise, em que as dicotomias económicas, sociais e financeiras se acentuam principalmente quando muito se fala de “pobreza encoberta”.

Tendo em conta o enquadramento socioeconómico que se vive na atualidade, revelador de uma crise que entre outros aspetos apela à contenção de despesas, por parte das entidades públicas, como mencionado no enquadramento político económico do relatório da proposta de orçamento de 2014, trazido a esta Assembleia, urge então, a recetividade de propostas sem custos, pelo menos significativos, na sua implementação e desenvolvimento, que trarão retorno num capital de valores, mesmo que não sejam totalmente mensuráveis.

Por isso, considerando as prioridades estratégicas deste município, e o ano que se avizinha, proponho que o concelho de Chaves se alie aos objetivos do Ano Europeu Contra o Desperdício Alimentar e também do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Considerando uma e outra iniciativa complementares no combate à pobreza e à exclusão social, principalmente de acordo com a idiosincrasia do lugar onde vivemos.

Dados oficiais revelam que em Portugal diariamente são desperdiçadas 50 mil refeições, tanto em restaurantes como em cantinas, nomeadamente cantinas escolares. Comida esta que ou nunca chega a ser confecionada ou nem sequer chega à mesa dos clientes ou dos utentes desses lugares; para além dos desperdícios das empresas e domésticos que também entram nesta contabilidade.

Fatores de ordem social e cultural são apontados para que tal aconteça, nomeadamente a contínua substituição das refeições, ditas familiares, pelo “fast food”



a que alguns chamam em termos mais depreciativos “junk food”, levando a pensar que os currículos escolares deveriam integrar também uma componente de educação alimentar, eventualmente nas AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular).

Atendendo aos 360 mil portugueses (contabilizados) e aos milhões de pessoas que passam fome no mundo, tal não pode continuar acontecer. Temos de fazer alguma coisa para mudar esta situação, temos de mudar o mundo começando pelo nosso concelho e há muitas boas práticas em ação que podem ser inspiradoras.

Considerando, que 30% dos produtos que vão para o lixo são produtos frutícolas e agrícolas muitas vezes isso acontece porque não estão de acordo com os “padrões e normas” impostos pelos mercados e exigências do consumidor, ou porque simplesmente não conseguem entrar num circuito comercial onde a concorrência em igualdade de circunstâncias, não é possível, entre “pequenos e grandes” produtores e distribuidores. Muitos alimentos acabam por perecer, devido ao longo tempo que estão armazenados, em alguns casos porque simplesmente, não entram no circuito comercial, nomeadamente, os produzidos pelos pequenos agricultores, apesar da sua grande qualidade.

Considerando que Chaves é um concelho essencialmente rural, onde a agricultura tradicional predomina, ligada a produtos endógenos e não só, de qualidade e excelência que “oferecem segurança alimentar” é de refletir na importância das pequenas unidades agrícolas tendo em conta os princípios do comércio justo.

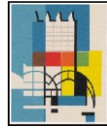
A agricultura familiar continua no século XXI a ser uma característica predominante no concelho de Chaves. Tradicionalmente ligada à agricultura de subsistência deve superar esse estatuto e perspetivar-se numa plataforma de desenvolvimento para o mundo rural, assente num desenvolvimento integrado e sustentável, na educação e formação, não descurando as dificuldades e as oportunidades da globalização.

Acrescendo ainda a capacidade destas unidades de produção, contribuirão para fixar população e proporcionar oportunidades de realização às pessoas nos lugares onde nasceram, além do facto de contribuirão para aumentar uma empregabilidade equitativa e de género, contribuindo também para a diversidade agrícola e biológica, assim como para a preservação da diversidade cultural e da identidade dos lugares, através da valorização, do património edificado, material e imaterial ligados ao impulso de outros setores de atividade, nomeadamente o turismo de natureza e o turismo no espaço rural.

Boas práticas nestas áreas vêm a ser promovidas, e deverão continuar a sê-lo com base na criação de uma “marca forte” ligado ao que é feito e produzido na nossa região. A título de exemplo refiro a feira anual dos “Saberes e Sabores” de Chaves ou mesmo a Feira das Varandas levada a cabo pela Associação “AmoChaves”, entre outras iniciativas.

Todavia é necessária colaboração e empenho institucional ao nível das políticas públicas para que se ponham em prática os objetivos dos anos “celebrados” em 2014, aqui referidos, identificando e agilizando os recursos necessários, envolvendo todos os parceiros sociais, nomeadamente as associações do terceiro sector e apelar a uma cidadania ativa e participativa de cada cidadão, “podendo e devendo cada um de nós mudar o mundo começando pela nossa própria casa”, nos pressupostos de





uma responsabilidade social, porque lembrando Nelson Mandela e a filosofia Unbutu, literalmente «Eu sou porque tu és».”

**GISELA MARIA ESTEVES ESPIRITO SANTO** do PS – deu início à sua intervenção cumprimentando todos os presentes e desejando a todos, sem exceção, um excelente e profícuo mandato.

“Numa altura marcada por múltiplas e diversas dificuldades, exige-se desta Assembleia Municipal uma responsabilidade acrescida de serviço aos nossos concidadãos e um forte investimento e empenho de todos nós.

Nesse sentido, o Partido Socialista vem manifestar junto desta Assembleia Municipal uma profunda preocupação com a fragilidade económica e social de muitas famílias do concelho. Já é um lugar comum enunciar a problemática do desemprego e dos baixos salários, mas de facto, é inegável esta realidade também no nosso concelho. Sabemos que muitos daqueles que tradicionalmente mantinham um nível de vida capaz, deixaram de conseguir responder a necessidades, outrora básicas, e a compromissos assumidos porque se deparam com a situação de desemprego e com todas as suas consequências.

Não esqueçamos também que numa altura em que o direito à alimentação das crianças deveria ser primordial, algumas delas comem a única refeição quente nas escolas e isto passa-se também no nosso concelho. Por outro lado também não é novidade que muitos jovens abandonam a universidade por incapacidade financeira. Outros emigram porque não encontram aqui, na sua terra, qualquer tipo de oportunidade ou de modo de vida. Ficam os idosos. Vulneráveis e não raras vezes sós. Noutras situações ainda, ficam os idosos a assegurar, com parcas reformas, os encargos com filhos e netos. É obrigação de todos nós e designadamente do executivo autárquico, atender e minorar, dentro das suas competências, estas e muitas outras problemáticas. Daí o nosso apelo nesta primeira Assembleia Municipal. Sabemos bem que muitas das atribuições específicas do domínio social cabem à Administração Central e não são Delegadas no Poder Local. Sabemos bem que a crise é também internacional, como outrora não souberam reconhecer. Todavia, importa exaltar aqui e agora a importância e a responsabilidade social que a autarquia tem, enquanto serviço decisor de proximidade, com possibilidade de tentar esbater as dificuldades dos flavienses face ao quadro económico e financeiro que atravessamos. O Partido Socialista pede por isso a esta Autarquia, em fase inicial de mandato, que se assuma como pilar fundamental de sustentabilidade e equilíbrio da sociedade local. O Partido Socialista solicita a este executivo que fomente a promoção de parcerias com organizações não lucrativas e organizações da sociedade civil, que sirvam, efetivamente, os interesses dos mais vulneráveis e não apenas os mais próximos. O Partido Socialista pede a esta Assembleia Municipal e a esta Autarquia que assumam compromisso para com os munícipes do Concelho de Chaves de orientação do seu investimento financeiro e de outros recursos para o acesso a respostas e recursos sociais que respondam, de facto, às prementes necessidades. O foco primordial não pode ser mais, por todas as circunstâncias que conhecemos e até pela impossibilidade e pela dívida financeira, o infraestrutural.

Comprometa-se Senhor Presidente, perante nós, a dar uma atenção redobrada a medidas de política social, local, que minimizem os impactos negativos da atual crise.



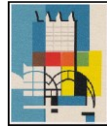
Termino desejando a todos um Feliz Natal e um ótimo Ano Novo”.

**BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. TOMÁS GONÇALVES** do PS – cumprimentou os presentes e em seguida felicitou todos aqueles que estão investidos pela primeira vez neste mandato, desejando-lhes as maiores felicidades porque o sucesso de todos, neste Fórum, será também o desenvolvimento e o sucesso do Concelho de Chaves, que todos almejamos.

“Não temos dúvidas que este vai ser um mandato difícil porque a situação financeira da autarquia também não permitirá um mandato fácil. A quase ausência de verbas para investimento exige de todos nós, sobretudo do executivo, um exímio aproveitamento dos recursos e uma exímia gestão. Neste contexto relevam, em nosso entendimento, o coração do concelho – o Centro Histórico. As políticas vanguardistas e de futuro, na perspetiva da fixação de pessoas, e também aquelas que permitam uma maior participação dos cidadãos na decisão democrática, e o primado daquilo que costumo designar como diplomacia municipal. Isto para dizer e relembrar a todos os presentes, à semelhança do que o Partido Socialista vem fazendo há muitos anos, porque neste particular temos obrigações acrescidas, que serão sempre menores relativamente à responsabilidade do executivo, que dificilmente poderemos reputar de vivo, de atrativo e de boa saúde um concelho cujo cerne, cujo coração se encontra moribundo. Tal deriva, certamente, de um conjunto de circunstâncias que não me parece seja esta a hora para debater em profundidade mas cujo debate tem de ser definitivamente promovido. E tem de ser promovido por quem tem a responsabilidade de delinear uma estratégia e de promover consensos – o executivo.

Como é possível que entre tantos interesses e expectativas díspares e difusas, como são as dos comerciantes, as dos residentes, as dos empresários de estabelecimentos noturnos, as dos jovens e as dos menos jovens, não haja ninguém satisfeito com o status quo. A verdade é que se uns estivessem satisfeitos e outros não, ainda poderíamos presumir que uns estariam a ser favorecidos em desfavor de outros, mas a realidade é que todos se queixam, todos discutem, todos apresentam denúncias, uns na PSP, outros no Ministério Público, outros aos responsáveis políticos e instâncias autárquicas e administrativas.

A omissão, a inação, o encolher de ombros à espera que o tempo se encarregue, não nos parece admissível. Neste que é um tempo sem dinheiro, consideramos que só a astúcia, a estratégia, a visão e as políticas de promoção do debate e da participação de todos podem fazer a diferença. A necessária compatibilização de interesses entre residentes e o seu direito ao descanso e à habitação, não deve, não pode colidir com os interesses dos comerciantes e a necessidade de se promover a livre concorrência, o princípio da igualdade de direitos aos comerciantes que aí desenvolvem a sua atividade. Todos os interesses e vontades são compatíveis. A prostituição, o tráfico de droga, a degradação habitacional, social, cultural e cívica, curaram-se e ultrapassaram-se em tantos sítios mais populosos e problemáticos que o nosso. É o caso do Bairro Alto em Lisboa, a Velha Baixa do Funchal, o Casco Histórico de Guimarães que estão hoje vivos, salutareos, exemplares. Se lá se conseguiu cá também tem de se conseguir.



Tal será impossível enquanto se mantiver, da nossa perspetiva, a ausência da diplomacia autárquica por parte do município. É necessário por cada representante dos conflitos de interesse em causa, à mesma mesa; é necessário promover o diálogo e os consensos e tomar as decisões certas e tentar compatibilizar todos os envolvidos.

Os Conselhos Municipais têm de funcionar efetivamente. Sair da formalidade do papel, deixar de reunir apenas para cumprir calendário e produzirem trabalho efetivo. Refiro-me, neste particular, ao Conselho Municipal de Juventude e Conselho Municipal de Segurança.

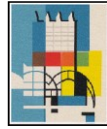
O Centro Histórico tem de nos mobilizar a todos. Acresce, à falta de intervenção consensual dos responsáveis, a manutenção da ausência de políticas de promoção da habitabilidade jovem, para o que temos vindo alertar, bem como a efetivação da tão desejada reabilitação urbana.

Finalmente e também enquadrada nesta temática, é com lamento que constatamos que passará mais um ano sem que nada se tenha feito para promover no concelho, ainda que parcialmente, a elaboração de orçamento participativo. A vitalidade dos fóruns e conselhos municipais, a implementação do orçamento participativo são instrumentos fundamentais para reforçar a participação dos cidadãos na definição de políticas municipais. A participação dos cidadãos e sobretudo dos jovens, na definição das políticas públicas municipais e dos investimentos a realizar no concelho é fundamental.

Numa altura em que os bens públicos são cada vez mais escassos é importante responsabilizar os políticos sobre a forma como aplicam os fundos, através de mecanismos de corresponsabilização e fiscalização permanente por parte dos cidadãos. A importância da participação dos cidadãos fica bem em qualquer discurso político de circunstância mas é preciso agir e materializar em palavras os atos”.

**JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES** do PS – cumprimentou os presentes e disse: “Acabamos de iniciar uma nova realidade autárquica. Resultado da última campanha eleitoral autárquica despontou, proveniente de uma fratura interna do Partido Social Democrata, uma nova força política – o Movimento Autárquico Independente. Esse Movimento veio esbater a habitual bipolarização política do Concelho. O seu líder, conhecido dissidente do Partido Social Democrata, ou talvez não, desde logo se arrogou paladino da transparência autárquica, da ética comportamental e da clareza dos procedimentos. Mas foi um blefe, uma falsa brisa. Da sua ética comportamental e da sua clareza de procedimentos ficou zero.

O Presidente da Câmara e o executivo também saem mal deste episódio ao terem aceitado esta “espinha na garganta” e ao terem finto, na secretaria, o voto popular. Por outro lado a adição de um terceiro vereador ao executivo, face à situação calamitosa das contas públicas do município, é triste e rocambolesca. É uma decisão que agrava mais a debilitada situação financeira do município. Também consideramos triste, sem imaginação, e quase anedótica, a justificação para essa mesma nomeação. É caso para dizer que os fins nem sempre justificam os meios. Se esta decisão não resultar quem perde é o Concelho. Para terminar e a bem do concelho desejamos as melhores felicidades para este “casamento”.



O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que foram colocadas.

Começo por agradecer os votos de sucesso que me foram desejados e retribuir à Assembleia Municipal os mesmos votos de sucesso.

Em relação às questões colocadas pelo Senhor José Pimentel é de facto verdade que algumas das nossas vias municipais não se encontram no melhor estado. Faremos o melhor possível, em função da disponibilidade financeira de que dispomos.

Nos transportes públicos é verdade que há horários que não têm o número de passageiros que seria desejável. Foi uma aposta do município que pode ser considerada como uma política social na medida em que ter transportes públicos é para servir quem mais precisa e que, até ao momento, ainda não houve uma adesão significativa por parte dos flavienses. Se mais pessoas deixassem suas viaturas em casa, haveria uma maior poupança de recursos e seria aliviado o centro da cidade em relação à necessidade de estacionamento.

Apesar de haver uma média de seis cidadãos que utilizam os TUC, para além das dezanove horas, a questão que deve colocar-se é saber se esses cidadãos que prescindiram da sua viatura, ou podem até não a ter, como vão resolver a sua vida após horário laboral. Esse é precisamente um dos horários que temos de manter se queremos ter transportes públicos urbanos porque não podemos deixar esses seis cidadãos sem acesso a esse serviço.

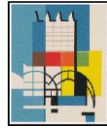
Todos em conjunto vamos melhorar a realização da Feira dos Santos. É recorrente dizer-se que há falta de sanitários públicos na cidade. A verdade é que nunca poderemos ter a quantidade suficiente destes equipamentos para ocasiões tão específicas, como é o caso do dia em que nos visitaram cinco mil cidadãos de Santo Tirso. Reconheço, no entanto, que há falta de sanitários públicos na cidade de Chaves.

Vamos estar atentos à situação social do nosso Concelho neste mandato, dada a crise que estamos a viver. Em relação aos alunos do ensino pré-escolar e do 1.º Ciclo, que o Senhor professor Anselmo referiu, tem havido já essa preocupação da nossa parte ao termos vindo a atribuir, por aluno, um valor superior àquele que a lei determina. Continuaremos a estar atentos para identificar as pessoas que, como referiu, podem estar para além do processo administrativo.

Senhor Dr. Francisco Preto, tal como o Senhor, eu também quero a verdade e suponho que todos os membros desta Assembleia querem a verdade. Não tenho medo da verdade e coloquem a verdade sempre, mas sempre à frente de todas as vossas intervenções.

Senhor Dr. Manuel Cunha o meu discurso não foi um discurso programático. Eu não quis que fosse um discurso programático. A minha intenção foi de abraçar todos, para que em conjunto possamos construir o melhor possível no processo de desenvolvimento para o nosso concelho.

A questão da água e dos resíduos sólidos estão, efetivamente, por resolver. Em 2001 a autarquia aderiu ao sistema multimunicipal, contra a minha vontade, já que era vereador e votei contra a proposta do executivo. Aliás, nessa altura, a bancada do PSD votou contra a proposta de adesão aos sistemas multimunicipais, trazida a este



Órgão pela Câmara Municipal de então, porque já prevíamos que o resultado seria este. Não há capacidade financeira para suportar o funcionamento dos sistemas multimunicipais. Estão a ser feitos estudos e a solução passará por aquilo que o PSD defendeu em 2001. A verticalização do sistema. E quem faz a gestão em alta deve também assumir a gestão em baixa. De contrário torna-se muito oneroso para os consumidores o preço da água.

No que respeita à Saúde não mudei de opinião. Continuo a lutar pela criação da Unidade Local de Saúde. Apesar de algumas promessas por parte da ARS não foi possível até hoje, mas continuamos a insistir nesta solução.

À Senhora Dra. Zélia quero dizer-lhe que estamos empenhados nessa luta e não custa nada fazer campanhas de sensibilização para que não haja desperdício de bens alimentares, sem deixar de respeitar as regras de segurança alimentar que nos são impostas. Na nossa cidade já existem grupos de cidadãos e associações que fazem recolha de alimentos e as distribuem pelas pessoas que mais necessitam.

A agricultura é também uma preocupação nossa e queremos dinamizar o setor. Está em fase de implementação o Gabinete para a Promoção do Investimento que será dotado de técnicos para apoiar o seu desenvolvimento através de realização de projetos para ajudar as famílias ou jovens agricultores a candidatarem-se ao novo Quadro Comunitário de Apoio.

Informo a Senhora Dra. Gisela que, temos a preocupação social e moral de ajudar as pessoas com necessidades; estamos atentos à deteção de situações existentes, embora entenda que devemos exigir sempre, em primeiro lugar, a quem tem essas competências que assuma essa responsabilidade porque não fará sentido que o estado se demita delas e sejam só as câmaras municipais, a quem de ano para ano, são retirados recursos financeiros, através do OGE, a fazê-lo

O estado desde 2010 até 2014 retirou à autarquia dois milhões de euros. Não cumprindo a Lei das Finanças Locais, o défice do estado está a provocar um défice no funcionamento das autarquias deveras penalizador com o qual não podemos concordar.

Quanto ao Centro Histórico a Senhora Dra. Brigitte, disse que todos, rigorosamente todos estão insatisfeitos. Não posso concordar com essa afirmação porque se todos, rigorosamente todos, estivessem insatisfeitos, os resultados eleitorais não teriam sido os que foram e lembro que, também na cidade, o PSD foi a força que mais votos obteve.

Reconheço que existem ruas, avenidas e vias na cidade que necessitam de ser beneficiadas, mas devem fazer justiça e reconhecer que os espaços públicos do Centro Histórico estão muito bem tratados. Podemos não concordar com a intervenção feita no espaço A, ou no espaço B mas isso não significa que o Centro Histórico esteja moribundo ou abandonado como a Senhora referiu. Em Chaves, como noutras cidades do país, verifica-se que existem edifícios particulares em fase de ruína. Dentro da situação financeira do município temos de saber se temos capacidade de nos substituir aos proprietários e resolver o estado de degradação dos edifícios.

O Município não tem capacidade para criar lojas onde elas fecham e trazer pessoas a comprar nessas lojas; não somos agentes comerciais, mas temos de ter imaginação



para alterar os hábitos de consumo das pessoas. Vamos estudar, ouvir, planear e vamos agir na dinamização do Centro Histórico.

O orçamento participativo consta do programa que o PSD apresentou e consta também do meu discurso de tomada de posse, do qual o Senhor Dr. Manuel Cunha não gostou. Não é possível fazer um orçamento participativo num mês porque, certamente o resultado não seria um bom resultado. A partir do mês de janeiro poderão apresentar propostas e teremos todos o ano de 2014 para elaborar o orçamento participativo, dentro das possibilidades financeiras existentes.

Ao Senhor Dr. José Trindade Mendes apenas quero deixar esta afirmação para sua reflexão e dou como exemplo dois municípios do país. O primeiro é liderado pela CDU na Câmara de Loures e o segundo por um Movimento Independente na Câmara do Porto. Pergunto ao Senhor Dr. Trindade Mendes se o acordo que o Senhor Presidente da Câmara no Município de Loures fez com o Partido Social Democrata para governar o concelho foi uma finta de secretaria e se o acordo de governação feito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, com o Partido Socialista foi também uma finta de secretaria.

#### *Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.*

A ata número cinco, referente à sessão ordinária realizada no dia 11 de setembro de 2013, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

*Posta à votação foi aprovada por maioria, com 16 abstenções por ausência na última sessão.*

A ata número seis, referente à sessão ordinária realizada no dia 19 de outubro de 2013, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

*Posta à votação foi aprovada por maioria, com 2 abstenções por ausência na última sessão.*

#### **PONTO 1. - PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

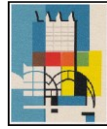
O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta de Regimento da Assembleia Municipal para o mandato 2013/2017 à apreciação de todos os membros, o qual foi previamente distribuído.

Este regimento é uma cópia do anterior, com as alterações introduzidas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, em vigor desde 29 de setembro, no que respeita às novas competências da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a colaboração dos representantes dos Grupos Municipais que estiveram presente numa reunião prévia onde, com o aporte de todos, foi possível consensualizar a redação final que hoje vem para aprovação.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – fez referência ao mês designado no Regimento para aprovação do Orçamento e perguntou se é em novembro ou em dezembro.



O Senhor Presidente da Mesa informou que a Lei refere os dois meses mas que há a indicação de que os próximos orçamentos serão apreciados e discutidos no mês de novembro de cada ano.

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD – fez uma pergunta sobre o artigo 21º do Regimento.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que a redação do artigo 21 é a referida na lei 169/99, de 18 de setembro.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 2. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.**

**1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo**

**2 – Obras em Curso - Documento anexo**

**3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.**

#### **Outras Informações:**

Intervenções sobre este ponto.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – pediu alguns esclarecimentos:

“Gostava de saber qual o ponto da situação da reunião havida com as Águas de Portugal, nomeadamente sobre a fusão do sistema. Gostaria também de saber qual é, neste momento, o montante da dívida reconhecida da autarquia às Águas de Trás-os-Montes.

Suponho que continuam a ser feitas escavações nas Termas Romanas e entendo que esta obra pode vir a ter um papel fundamental na região, ao nível da dinamização turística. O mesmo poderá acontecer com a Fundação Nadir Afonso e gostaria de saber do Senhor Presidente da Câmara qual a estratégia para se aproveitar estas duas obras como focos culturais dinamizadores do desenvolvimento da região. A CDU está disponível para colaborar nesse projeto, mas tem de haver uma reflexão e um projeto que perceba que estão aqui temas que podem ser essenciais para o desenvolvimento e para a viabilidade do concelho”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** - respondeu às questões colocadas na intervenção anterior.

O valor da dívida reconhecida pelo município às Águas e Trás-os-Montes é de 9,3 milhões de euros. Há um conjunto de faturas que o município não reconhece, sobre as quais existe um diferendo porque as regras da Entidade Reguladora – ERSAR - dizem que o volume a faturar, relativamente ao tratamento das águas residuais, deve ser 90% do volume faturado em água e as Águas de Trás-os-Montes não respeitando essas regras, faturam em regra 110, 120 e até 130% relativamente ao consumo de água. Não podemos reconhecer estas faturas porque queremos que a empresa respeite a entidade reguladora no que a esta questão diz respeito.

Existe um outro diferendo mais antigo sobre o valor das tarifas. Numa reunião havida entre os Senhores Presidentes de Câmara dos municípios abrangidos pelas Águas de Trás-os-Montes, com a Senhora Ministra do Ambiente, Dra. Dulce Pássaro, foi acordado que a tarifa a cobrar pelo fornecimento de água domiciliária seria de 50 cêntimos/m<sup>3</sup> e a respeitante ao tratamento das águas residuais seria de 55



cêntimos/m<sup>3</sup>. É nessa perspetiva que os municípios estão a trabalhar e são esses os valores que têm vindo a pagar à Empresa, não reconhecendo os valores faturados acima disso.

A Empresa está a aplicar a tarifa de 68 cêntimos/m<sup>3</sup> em relação à água domiciliária e 75 cêntimos/m<sup>3</sup> em relação às águas residuais. Esta subida foi uma decisão unilateral das Águas de Trás-os-Montes, tomada em Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração, dado que tem maioria do capital social (51%). A construção deste preço não está de acordo com as regras de construção de preços em relação ao ponto de partida. Por outro lado as Águas de Trás-os-Montes também têm apresentado faturas pela falta de consumos mínimos. É uma situação pela qual estamos também em diferendo e não entendemos como é que se fazem campanhas, para reduzir o consumo de água, (em Chaves está ser feito esse esforço) e em seguida venha a Empresa obrigar a que haja consumos mínimos. Isso acontece porque o estudo inicial – 2000, 2001 - foi mal elaborado ao prever que se iria servir uma população que não é servida e que a capitação por habitante seria superior àquela que realmente é. Não podemos pagar erros que foram cometidos há 13 anos atrás, por estudos mal conduzidos.

É neste conjunto de diferendos que algumas faturas estão já em Tribunal e que esperamos sejam resolvidos a favor do município.

**ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – perguntou qual é a posição do atual Ministro do Ambiente sobre esta situação.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – respondeu que o atual Ministro do Ambiente ainda não tomou posição sobre este assunto.

Sabemos que pretende fazer a fusão de todos os sistemas multimunicipais de norte do país, num único sistema, os do centro noutro e os do sul também num único sistema. Com essa medida beneficiará as regiões do interior porque faz descer o preço do m<sup>3</sup> de água. A empresa municipal que gere a distribuição aos municípios da Área Metropolitana do Porto compra a água a 0,35€/m<sup>3</sup> e nós compramo-la a 0,68€/m<sup>3</sup>. Ao serem fundidos os sistemas, basta que a água no Porto passe para 0,40€/m<sup>3</sup> aumentando 0,5€ cêntimos, para fazer descer 28 cêntimos/m<sup>3</sup> em Trás-os-Montes. A isto chama-se solidariedade. Esperamos que os municípios da Área Metropolitana do Porto não venham obstaculizar a solução encontrada pelo governo. Se assim for não é compreensível falar em criar Regiões Administrativas quando o litoral, que tem o maior peso eleitoral, e que amanhã dominará uma futura Região Administrativa, tenha posições de partida, que não são solidárias com o interior.

Relativamente ao futuro Museu das Termas Romanas entendo, como todos devem entender, que é um achado arqueológico da maior valia para o Concelho de Chaves. Estou convicto que depois das Termas será o motivo mais forte de atração turística para a cidade. Acontece que à medida que vão avançando os trabalhos de escavação, as boas notícias não param de chegar e isso obriga a alterar o projeto. Inicialmente projetou-se colocar ali uma laje e restabelecer a Praça, o que implicaria a colocação de pilares no espaço do balneário, para suportar vigas, mas em função dos achados arqueológicos no local onde seria colocada a sapata, isso não será possível. O projeto está a evoluir para ser um espaço com uma cobertura, deixando de existir a Praça. Isso será discutido com todos, mas o tempo não nos dá grande margem





manobra para a discussão pública porque a obra está a ser financiada pelo atual Quadro Comunitário de Apoio que termina em 2014, e o prazo deste projeto em concreto, expira em Maio/Junho, o que significa que teremos lhe imprimir celeridade. A obra de construção parou, mas as escavações não. A contenção periférica está feita, a garantir o mínimo de segurança, para que as escavações possam avançar a bom ritmo. A nova piscina, com 2,10 m de profundidade está totalmente descoberta, e tem associadas mais quatro pequenas piscinas individuais. Isto pressupõe que esses equipamentos já não seriam somente para fins terapêuticas mas também para exercitar atletas.

Este é um projeto que tem tido uma evolução constante. Inicialmente pensou-se que poderia ser um museu e por isso é que foi apelidado de “Museu das Termas Romanas”, porque poderiam ser ali expostas peças achadas no local. Hoje a designação adequada será “Musealização do Achado Arqueológico” na medida em que a quantidade de água termal que ainda hoje chega ao “balneário” tem um caudal significativo e uma temperatura muito alta, o que significa que vai gerar muito vapor inviabilizando a vertente Museu.

Este achado para mim tem uma importância extraordinária e fiquei muito feliz quando foi encontrado e identificado como balneário romano. Dei ordens para se fazer de imediato as escavações na praça e começaram-se estudar alternativas para implantar o parque de estacionamento que estava previsto naquele local.

#### **PONTO 3 – AUDITOR EXTERNO/ EMISSÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÃO 20/DGF/2013.**

**Não houve intervenções.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento da presente informação.*

#### **PONTO 4 – AUTORIZAÇÃO PARA O LANÇAMENTO DE “DERRAMA”. PROPOSTA Nº. 19/GAP/2013.**

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da Proposta dizendo que a aplicação do imposto de “Derrama” vai incidir apenas sobre os lucros das empresas que não tem a sua sede social no Concelho de Chaves. Estamos a usar a prerrogativa que a lei nos confere, aplicando a taxa máxima e que é de 1,5%.

Desta forma não estamos a retirar qualquer capacidade competitiva às empresas com a sede social em Chaves. Este imposto é para aplicar às empresas que apenas aqui prestam serviços. É o caso da Banca, de Seguradoras, de Grandes Superfícies comerciais. Nestes casos se nós não aplicarmos o imposto de “Derrama” quem vai beneficiar são os municípios onde estas entidades têm a sua sede social e é justo que quem vem ganhar dinheiro em Chaves seja um pouco solidário com os flavienses.

Informo ainda que houve uma incorreção na minuta da primeira ata da reunião da Câmara Municipal onde este assunto foi votado. Nesse documento dizia-se que os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata tinham votado contra o que não é verdade. Foi entregue a minuta da ata corrigida.

Neste ponto intervieram os Senhores deputados:



**JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES** do PS – disse que a “Derrama” surgiu como um imposto colonial português em meados do século XVIII devido à diminuição das receitas provenientes do ouro do Brasil.

“Por essa razão foi necessário criar um tributo financeiro excecional cobrado à população, ao qual foi dado o nome de “Derrama” e que ainda se mantém.

Na atualidade e de acordo com a Lei das Finanças Locais, constitui uma forma de financiamento próprio dos municípios. Esta incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, IRC e corresponde à proporção do rendimento gerado pelas pessoas coletivas que exerçam uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola na área geográfica de um município. Sendo de lançamento facultativo, as taxas aplicáveis variam de município para município, podendo atingir um máximo de 1,5%.

As Assembleias Municipais, mediante proposta das Câmaras Municipais, podem ainda deliberar uma taxa reduzida aos sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros. Todos os anos é aprovada uma tabela onde são definidas as taxas a aplicar por cada município. Todos estes considerandos e salvaguardas estão vertidos na presente proposta e não nos suscitam qualquer tipo de reparo ou comentário. No entanto, gostaríamos de lembrar que não é a primeira vez que este assunto é abordado neste Órgão. Lembramos que, em anteriores executivos liderados pelo senhor Dr. João Batista, era entendimento deste que a “Derrama” seria um imposto sensível para a economia do concelho e que, face ao montante da receita a cobrar pelo município, ser despicienda, por exígua, não justificava a sua introdução. No entanto, face aos constrangimentos financeiros em que o município se encontra, atualmente, e face à necessidade imperiosa de receita para fazer face aos compromissos assumidos, a Autarquia vê-se obrigada a aumentar a sua carga fiscal.

A “Derrama” embora possa ajudar o município na arrecadação de receita, através da cobrança de impostos, pode também ser fator de diminuição de atratividade de instalação de novas empresas neste mesmo concelho. Em nosso entendimento o uso deste mecanismo tributário, somente devido ao estado de necessidade financeira e de tesouraria do município, deverá ser utilizado de forma prudente, ter um limite temporal definido e, em nosso entender, ser abolido logo que as condições financeiras melhorem e o permitam. Tal facto poderá novamente contribuir para elevar a atratividade na fixação de novas empresas e, conseqüentemente permitir potenciar os tão necessários fatores emprego/aumento de riqueza.

Para terminar gostaríamos de salientar que a proposta deveria ter sido um pouco mais ambiciosa no intuito de motivar os sujeitos passivos visados por este imposto. Em nosso entendimento deveria, na própria proposta, consignar-se a verba a arrecadar a determinada obra ou atividade meritória, de índole social ou económica no concelho que fosse perfeitamente identificável e que atenuasse a compreensível resistência de pagamento de mais impostos por parte dos agentes económicos visados.

Pelo exposto e por entendermos que a proposta é sensível, face ao tecido económico do concelho, mas necessária à arrecadação de receita para o município, iremos abster-nos na sua votação”.



**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

O Executivo Municipal decidiu fixar o imposto municipal de “Derrama”, referente a 2013, a cobrar em 2014, mantendo a sua política de aplicação da derrama sobre o IRC (fixada em 2011, a cobrar em 2012. Em 2012 não foi lançada derrama), ou seja: Só são taxadas (1,5%) as entidades que não têm sede no Município e na proposta em análise são isentas do pagamento deste imposto, todas as entidades com domicílio fiscal no Concelho de Chaves, independentemente do seu lucro.

Com esta medida a Autarquia visa dois objetivos:

1º. Para as empresas que não têm sede no Município, por este motivo, possam vir a instalar aqui a sua sede e beneficiar dessa isenção.

A localização geográfica do Concelho, de acentuada interioridade, cuja fixação do tecido empresarial deverá ser promovida, também através de medidas de abrandamento de carga fiscal, designadamente isenções totais ou parciais de impostos ou tributos próprios do Município, por forma a dinamizar as respetivas áreas de negócios empresariais, bem como a geração de emprego e a inversão de ciclo económico.

2º. Arrecadar mais receita para a promoção dos investimentos necessários à satisfação das necessidades coletivas da população, no cumprimento das atribuições e competências municipais. (Foi estimado um montante previsional de 61.852,57€, a contemplar no orçamento da receita para o exercício económico de 2014).

Em todo o caso, a Câmara Municipal, no quadro da sua política de atração de novos investimentos, não deixará de saber usar as isenções à “Derrama” como um fator de competitividade face a outros concelhos.

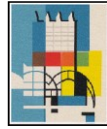
A ideia é continuar a conjugar o rigor orçamental com o desenvolvimento da nossa economia, porque isso é possível.

Por isso, o Grupo Municipal do PSD votará a favor da proposta em apreço e apela aos demais grupos municipais para que também a aprovem, para que os lucros provenientes deste imposto possam ser tributáveis no ano de 2014”.

**MARIA ZÉLIA VALOURA** do CDS/PP – disse que a “Derrama” é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas sendo uma taxa fixada anualmente pelos municípios, por deliberação das Assembleias Municipais, no valor máximo de 1,5%.

“É estranho que numa altura em que o governo fala na redução da taxa de IRS às empresas, que a Câmara de Chaves esteja a querer agravar a versão municipal desse imposto, embora apenas para as empresas com sede fiscal fora do concelho.

É meu entender que não aumentando a carga fiscal se cria incentivo ao investimento e empreendimento, principalmente tendo em conta a fundamentação do ponto 2 da proposta nº. 19/GAP/2013, que refere que as prerrogativas legais devem ser encaradas não apenas como instrumento da política financeira mas sobretudo como instrumento das políticas socioeconómicas. Esta parece uma boa maneira de levar novos empresários que queiram sediar as suas empresas em Chaves, para concelhos mais próximos onde a “Derrama” é de zero por cento para todos. Gostaria de dar o exemplo de Ponte de Lima, uma câmara que não tem dívidas, que paga aos



seus fornecedores com um atraso de 17 dias e que não aplica este imposto municipal. Por estes motivos o CDS/PP vai votar contra”.

**FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SIVA PRETO** do MAI – disse que, no seu entender, um imposto tem sempre um efeito nefasto.

“Há sempre que tentar ponderar bem quando se lança um imposto; saber se o que se colhe é superior àquilo que se perde. Parece que é isso que não está devidamente ponderado nesta ata da Câmara Municipal. Por outro lado, vejo também que a previsão feita em relação à “Derrama” é em meu entender, leviana.

Não podemos pensar que se vão recolher sessenta mil euros de impostos dessa forma porque o cálculo utilizado está, em meu entender, desfasado da realidade, ou seja: pegou-se no ano de 2012, em que se recolheram de “Derrama” cento e seis mil euros, pegou-se no ano de 2013 em que se recolheram dezassete mil e seiscentos euros e fez-se uma média. Provavelmente seria melhor ter partido dos valores recolhidos em 2012 e 2013 e pensar que em 2014 pode ser arrecadado um valor inferior a 2013. Porque é que é feita esta média se no ano anterior só houve uma arrecadação de dezassete mil euros? Este cálculo para nós não levou em conta os fatores externos da economia. Neste momento vive-se uma época de regressão económica e eu não acredito que as empresas vão faturar mais em 2014, do que faturaram em 2012.

Como achamos que não está bem explicitado todo este processo e pensamos que o efeito nefasto pode afastar algumas empresas deixando de criar postos de trabalho nesta região, sabendo nós que há localidades limítrofes, não da nossa dimensão é certo, mas que não lançaram este imposto (caso de Boticas, por exemplo). Tudo devidamente ponderado, face àquilo que se vai colhar e ao que vai perder, esta proposta não devia ter sido votado favoravelmente na Câmara Municipal. A posição do MAI nesta Assembleia vai ser de votar contra”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Parece-me um contrassenso abolir a “Derrama” após a retoma. As empresas que têm condições económicas devem pagar os impostos nos locais onde recolhem lucros. Concordo com a sugestão de não aplicar “Derrama” às indústrias e isso é possível porque a lei permite a seleção das empresas por setores de atividade, mas não vejo razão para que Banca, as Companhias de Seguros e as Grandes Superfícies comerciais não paguem aqui os devidos impostos.

Não faz qualquer sentido que os municípios do interior não apliquem “Derrama” nos setores de atividade que referi, quando os do litoral o fazem e colhem mais benefícios.

As grandes indústrias instaladas em Chaves têm aqui a sua sede e não são afetadas pela “Derrama”. Sou favorável à criação de incentivos que promovam a instalação de novas indústrias deixando-as de fora da aplicação deste imposto, mesmo que não tenham aqui a sua sede social.

O Senhor Dr. Francisco Preto referiu o cálculo feito para o valor que se estima arrecadar. Informo que esse valor é calculado seguindo regras do POCAL que diz que a receita seja calculada em função da média recebida nos últimos dois anos.



*Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 51 votos a favor, 19 abstenções e 7 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

#### **PONTO 5 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. PROPOSTA N.º 30/GAPV/2013.**

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que o Orçamento para 2014 foi realizado de acordo com a realidade financeira deste momento e apresenta um valor de cerca de cinquenta e sete milhões de euros.

É o Orçamento possível tendo em linha de conta as dívidas a terceiros, nomeadamente fornecedores de conta corrente e fornecedores do imobilizado que, à data, rondam os dezoito milhões de euros, dos quais cerca de oito milhões e quatrocentos mil são de curto prazo e nove milhões e quatrocentos mil euros de médio e longo prazo, por força dos acordos celebrados.

Um Orçamento tem opções políticas e o Plano e Orçamento para 2014 é a quantificação dessas opções.

As receitas do estado têm vindo a decrescer, substancialmente, desde 2010. Em 2014 as receitas da administração central diminuem em trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove euros. Hoje temos a seguinte realidade:

Diminuição da receita transferida pelo Orçamento de Estado de 2010 até 2014 no montante de dois milhões de euros. O sistema municipal de água e águas residuais gera, em média, um défice anual de um milhão e duzentos mil euros. O sistema multimunicipal de tratamento e valorização dos resíduos sólidos gera, em média, um défice anual de um milhão de euros. A despesa com políticas sociais, nomeadamente com os auxílios escolares transportes e refeições gera, em média, um défice anual de setecentos mil euros. A subida do IVA da taxa reduzida para a taxa normal, na iluminação pública, em 2012, teve como consequência um aumento na despesa superior a trezentos mil euros. Como sabemos aqui o IVA é um custo para a autarquia e uma receita para o estado.

Temos mantido a média nos trinta milhões de euros na receita e despesas anuais embora, no ano de 2013 a receita total se situe perto dos trinta e oito milhões de euros em resultado do acesso ao PAEL.

Este Orçamento assenta nos seguintes objetivos: garantir a continuação da prestação de serviços de qualidade, pela autarquia, aos cidadãos; consolidar financeiramente as contas da autarquia, diminuindo a dívida de curto prazo, nomeadamente as dívidas às Águas de Trás-os-Montes e à RESINORTE, que totalizam cerca de treze milhões e quinhentos mil euros – dívida reconhecida; consolidar e sanear financeiramente a autarquia em 2014 para que, em 2015, com a aplicação do novo regime financeiro das autarquias locais - Lei 73/2013, de 13 de setembro – se estabeleça um orçamento que tenha uma taxa de execução igual ou superior a 85%; finalizar as obras descritas no Plano Plurianual de Investimento, que exigem um esforço financeiro da autarquia de cerca de sete milhões e quinhentos mil euros.

O Orçamento tem uma previsão de receita corrente de trinta e três milhões de euros e de vinte e três milhões de euros de receita de capital o que totaliza um valor de cinquenta e seis milhões de euros.



As despesas correntes rondam os vinte e oito milhões de euros com o mesmo valor para as despesas de capital, totalizando os cinquenta e seis milhões de euros. Prevê-se uma poupança na despesa corrente, de cerca de cinco milhões de euros, que será aplicada em investimento de capital.

O quadro que traduz a variação da poupança corrente gerada em sede de elaboração dos documentos previsionais desde o ano de 2012 diz-nos que nesse ano a poupança rondou os sessenta e quatro mil euros, em 2013 ronda um milhão oitocentos e setenta e nove mil euros e para 2014 prevê-se uma poupança corrente que ronde os cinco milhões de euros.

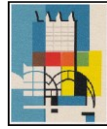
Nas despesas correntes e de capital fixas, encontram-se orçamentados todos os gastos previstos para 2014, mais a dívida e serviço da dívida a ser paga em 2014, num total de cerca de onze milhões e quinhentos mil euros a saber: juros passivos financeiros, ao Tesouro, à Banca e PAEL – 2.412.000,00€; juros à Banca e Acordos – 1.270.000,00€; dívida às Águas de Trás-os-Montes em água e saneamento – 2.715.000,00€; dívida à RESINORTE – 2.200.000,00€; Dívida à Auto Viação do Tâmega - 950.000,00€; Dívida à EDP de iluminação pública – 800.000,00€; Protocolos com as Juntas de Freguesia – 671.000,00€; Subsídios atribuídos e não pagos em 2012 e 2013 – 472.000,00€.

Relativamente ao PPI o Orçamento prevê um investimento global de vinte e quatro milhões de euros, dos quais, cerca de dezasseis milhões e quinhentos mil respeitam a obras com cofinanciamento estatal e comunitário em projetos aprovados, alguns já concluídos, outros com execução física e financeira em curso. É o caso da Fundação Nadir Afonso com cerca de sete milhões de euros, dos quais receberemos quatro milhões e quinhentos mil, do Museu das Termas Romanas, do Parque de Estacionamento, do Pavilhão Expo-Flávia, do Projeto Aquae – Remodelação do Balneário das Termas de Chaves - o Balneário Pedagógico de Vidago e a Requalificação da envolvente Áquae Natur que são as avenidas em Vidago. Estas obras serão financiadas numa percentagem entre 70 a 85%, cuja verba está relevada no orçamento da receita, em transferências de capital, no montante de treze milhões e novecentos mil euros. Só estas obras implicam um investimento por parte do município de aproximadamente cinco milhões de euros.

Para além destas obras o Orçamento prevê mais cerca de sete milhões e quinhentos mil euros em investimento, nomeadamente o lançamento III da rodovia de acesso prioritário ao Hospital, num total de cerca de dois milhões de quinhentos mil euros, conforme discriminado no Plano Plurianual de Investimento.

As Grandes Opções do Plano traçam as principais linhas de atuação do município sendo possível constar que em funções gerais serão gastos quatro milhões de euros, representando 17% do seu valor e 7,22% relativamente ao total do orçamento. Em funções sociais serão gastos onze milhões oitocentos e noventa e oito mil euros, representando 49,47% relativamente às Grandes Opções do Plano e 20,99% relativamente ao Orçamento global. Nas funções económicas iremos gastar oito milhões e cinquenta e sete mil euros, representando 33,5% relativamente às Grandes Opções do Plano e 14,21% relativamente ao Orçamento global.

É um Orçamento equilibrado em que as funções gerais, sociais e económicas estão na proporção das nossas prioridades e preocupações, sendo que as funções sociais



absorvem quase metade da dotação orçamental. Verifica-se um esforço muito significativo nas funções sociais que o município definiu como prioritário, face à expressão numérica que foi prevista – onze milhões e oitocentos milhões de euros. Destacamos o apoio social às pessoas mais desfavorecidas, idosas, jovens em risco, bolsas de estudo, bombeiros, habitação social, educação e outras.

Persiste a preocupação em reduzir os pagamentos em atraso, em diminuir o prazo de pagamento que no segundo trimestre de 2013 foi de duzentos e quarenta dias; promover a redução nas despesas de funcionamento do município em comunicações, pessoal, eletricidade, seguros, limpeza e outros. Em 2014 vamos promover a alienação de bens imóveis para aumentar a receita e manter a taxa do IMI; vamos elaborar os projetos para os programas do Quadro Comunitário de Apoio de 2014/2020, nomeadamente as novas piscinas municipais e o pavilhão da escola Nadir Afonso que, em conjunto com o pavilhão Gimnodesportivo, poderá constituir um excelente espaço para feiras e exposições.

Em 2012 fomos o vigésimo município do país em termos de investimento e o quinquagésimo em termos de transparência e queremos continuar nessa linha.

O nosso imobilizado líquido apresenta hoje um valor de cento e quarente e dois milhões de euros contra os dez milhões trezentos e oitenta e nove mil de 2002 o que traduz um enorme acréscimo de investimento”.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

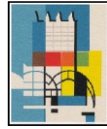
**NUNO VAZ RIBEIRO** do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que este não é, certamente, o orçamento do Partido Socialista.

“Olhando para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 que vimos hoje aqui discutir e votar, gostaria de partilhar com esta Assembleia algumas reflexões e demasiadas preocupações.

A primeira preocupação prende-se com o facto de o orçamento do município de Chaves apresentar uma despesa global de cinquenta e seis milhões setecentos e catorze mil e duzentos euros e dez cêntimos e que parte substancial da mesma seja financiada pelo recurso a receita extraordinária. Estou a falar da venda de edifícios e terrenos no montante de sete milhões quinhentos e setenta e nove mil, setecentos e oitenta e nove euros.

Como surge neste orçamento, prevê-se que 32% das receitas de capital provenha da venda de terrenos e edifícios. Nas atuais condições de mercado imobiliário, será exequível a realização desta receita? Isto quando em 2012 se realizou em venda de terrenos e edifícios apenas duzentos e noventa mil euros. Qual é o montante já arrecadado em 2013? Quais são os terrenos e os edifícios que se pretende alienar, bem como os preços e condições em que se pretende fazê-lo? Esta situação preocupa-nos pois o empolamento orçamental continua a ser o instrumento privilegiado deste executivo municipal para conseguir o equilíbrio orçamental. É claro que o equilíbrio orçamental é meramente formal e meramente artificial pois os recursos financeiros não existirão mas as despesas e os compromissos serão uma realidade, até porque o grau de execução orçamental global – corrente e capital – foi em 2012 de 50.71%.

Sendo que a Lei das Finanças Locais n.º 73/2013 que entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 2014, no seu artigo 56º diz que no caso do município registar durante dois



anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento, inferior a 85%, haverá a obrigatoriedade de informar os membros do governo responsáveis pela área das finanças e das autarquias locais bem como os presidentes do órgão executivo e deliberativo dos municípios em causa.

Parece que não se aproveitou a oportunidade para corrigir a forma de elaborar o orçamento municipal, baseado no empolamento da receita e no esconder da despesa. É pena que não se aprenda com os erros passados. Que se insista numa receita que dê maus resultados. Disso é evidência a necessidade de celebrar um empréstimo com o estado, o PAEL, a dívida de médio e curto prazo acumulada e a extensão e relevante dívida de água e de saneamento já aqui falada.

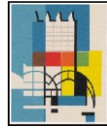
O não cumprimento deste objetivo levará, certamente, ao aumento de endividamento municipal. Seria injusto da nossa parte pensar que em tão pouco tempo se conseguiria estruturar umas Grandes Opções do Plano e um Orçamento que fossem para além da mera continuidade, fazendo face ao novo paradigma que nós acreditamos poder estar adotado às necessidades do concelho de Chaves como seja apostar na valorização das pessoas e do território, mas também na criação de verdadeiras e efetivas condições de competitividade. As Grandes Opções do Plano deveriam, em nossa opinião, ter as pessoas no centro, nas suas várias dimensões; no social, no cultural e no desportivo, mas também e, em igual medida, na formação e valorização das competências profissionais e ao nível da competitividade, mas também da afirmação da cidadania.

Outro dos vetores estratégicos que deveria ter sido aposta era a aposta decisiva na economia local e na valorização dos produtos locais. Só desta forma seremos um concelho sustentável e com futuro. Se não se criar emprego, rapidamente, a sangria de jovens e menos jovens para o litoral e para o estrangeiro vai agravar mais ainda a perda de população sentida na última década. É do conhecimento público os eixos essenciais do programa eleitoral que gostaríamos de ver refletido nas Grandes Opções de 2014, bem como algumas medidas que gostaríamos de um dia ver implementadas neste concelho como seja a distribuição de livros gratuitos para todos os alunos que deles careçam, medida que mostra a vontade de dar um passo em frente, a vontade de saltar o paradigma das melhores escolas para o paradigma dos melhores alunos. Mas esta medida iria muito para além disso mas também uma consequência social relevante. Aumentar também a verba disponível para os alunos do Ensino Superior; fazer o reforço das bolsas para o Ensino Superior.

Gostaríamos também que no orçamento houvesse visibilidade para outras medidas como seja o apoio do reforço medicamentoso à terceira idade, a construção da piscina coberta ou mesmo o reforço dos mecanismos de manutenção das habitações nos bairros sociais. De igual forma a criação de um fundo de emergência social, de âmbito concelhio, com capacidade efetiva de garantir um teto e uma alimentação diária a todos os flavienses.

Como já disse no início este não é um orçamento do PS mas é, certamente um orçamento de continuidade. Provavelmente e como é natural representará mais a continuidade do que qualquer um dos orçamentos futuros. Por isso poderemos assumir com respeito e espírito democrático que este é o orçamento que melhor





reflete a linha a linha estratégica defendida por quem, democraticamente ganhou as eleições de setembro passado.

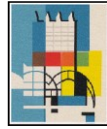
Não posso, contudo, deixar de dizer que ouvi atentamente o discurso do Senhor Presidente da Câmara da tomada de posse e que antes de analisar as Grandes Opções do Plano o reli. Concordo com muitas das ideias ali vertidas, com tudo o que disse, essencialmente com dois pilares da governação. As pessoas e o emprego. Mas esses pilares não são visíveis nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento que estamos a apreciar. Ou então são tão frágeis e tão difíceis de identificar a olho nu que teremos, por ventura, de nos socorrer de um microscópio. Mas para que esta minha apreciação ganhe consistência e seja fundamentada passemos então à análise geral das Grandes Opções do Plano.

*Nas Funções Gerais*, serviços gerais da administração pública e em particular a administração pública, com a dotação de oitocentos e noventa mil euros nesta função, parece-me que o valor de quinhentos euros para mobiliário é manifestamente insuficiente, bem como cinco mil euros para pequenas reparações de edifícios. Já a verba de cem mil euros para software informático parece-me exagerada, na medida e que, com a lei do orçamento geral do estado, tem aconselhado os municípios a adotar a solução de software livre. Talvez fosse aconselhável seguir esta orientação e, com metade desse valor, fazer apoio social, fazer obras nos bairros sociais ou, por ventura, criar o vale de farmácia para quem vive em situação de pobreza. Reconheço que nesta função a poupança não podia ser significativa, ter relevância material mas, ainda assim, poder-se-ia fixar a despesa ao nível de execução de 2012 que foi de setecentos e sessenta e seis mil euros.

*Ao nível da Administração Geral* – Termas – o valor da dotação aqui inscrito é de três milhões e duzentos mil euros em que a verba mais relevante é destinada ao projeto de investimento PROVER – Balneário Pedagógico de Investigação e desenvolvimento de Práticas Termas de Vidago – com o valor inscrito de dois milhões e oitocentos mil euros, sendo o restante PROVER – Vidagus Termas de duzentos e onze mil euros e cento e setenta e cinco mil euros para a remodelação de equipamentos, aquecimento, ventilação e outros.

Concordamos com o investimento previsto para Vidago que, aliás, peca por tardio. Esperamos que este investimento seja valorizado e devidamente enquadrado numa política integrada de valorização turística de Vidago e que possa beneficiar os empresários locais e a sua população. Talvez a única verba que possa ser objeto de redução seja mesmo a referente a equipamentos e ventilação mas confiamos que a previsão esteja conforme as necessidades identificadas.

*Ao nível da Segurança e Ordem Pública*, especificamente no que diz respeito a proteção civil e luta contra incêndios, parece-me que nesta matéria a previsão é manifestamente insuficiente para as necessidades anuais, pois estamos a falar de verbas de investimento e correntes na casa dos seis mil e duzentos euros. A pergunta que se impõe é saber como se fará no ano de 2014 a abertura e beneficiação de caminhos florestais no âmbito de combate a incêndios, como se realizam ações de simulacro no Centro Histórico, como se dotarão as corporações de bombeiros de material e equipamento de combate a incêndios na floresta e em contexto urbano. Nesta matéria, no ano de 2012, foi gasto o valor de duzentos e



oitenta mil euros. Como podem em 2014 serem suficientes apenas seis mil e duzentos euros.

Desejamos que a poupança em áreas sensíveis como a proteção civil e a luta contra incêndios não se revele perigosa para as florestas, para os bens e para as pessoas.

*Nas Funções Sociais*, na educação e dentro da educação, no ensino não superior, temos o valor de vinte e oito mil e quinhentos euros. Perece-nos manifestamente pouco pois, em 2012, gastaram-se trezentos e cinquenta e cinco mil euros mas confiamos que a previsão esteja benfeita, que não haja grande necessidade de adquirir equipamento para os jardins de infância e para as escolas do 1º. Ciclo, bem como não seja necessário fazer grandes obras nesses equipamentos.

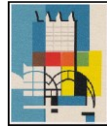
*Segurança e ação social*. Na ação social estão inscritos dez mil euros quando no ano de 2012 se gastaram, neste domínio, quatrocentos e dois mil euros. É ridículo prever-se apenas cem euros para equipamento para a CPCJ de Chaves. E que dizer de dez mil euros para centros de convívio no Concelho? Nem os cinquenta mil euros inscritos nas transferências de capital, para comparticipação na construção, beneficiação e conservação de centros de convívio consegue ofuscar a insuficiência de recursos para este fim.

*Habitação e Serviços*. Ao nível da habitação estão inscritos dois mil euros. O que é este valor para conservação e reparação de habitação social? A Câmara Municipal prevê arrecadar rendas na casa dos duzentos e trinta mil euros de habitações e em rendas de edifícios cento e cinquenta mil euros, o que totaliza um valor de trezentos e oitenta mil euros e afetar em reparação e conservação de edifícios apenas o valor de dois mil euros.

Não conheço detalhadamente a situação do parque habitacional, nem tão pouco o número exato de habitações a requererem intervenção urgente, mas seguramente não vai ser com dois mil euros que os habitantes desses bairros vão ver o seu conforto e qualidade habitacional melhoradas.

*O Ordenamento do Território* tem uma dotação global de três milhões, setecentos e setenta e sete mil euros. Nesta função, para estudos e projetos está destinada a verba de seiscentos e sessenta e sete mil oitocentos e oitenta euros, o que me parece pouco equilibrado afetar 17,7% da dotação global só para estudos, projetos e cartografia. Este exagero ainda me parece maior quando se sabe que a Unidade Flexível de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano da Câmara de Chaves dispõe de um Chefe de Divisão, de doze Técnicos Superiores, cinco Assistentes Técnicos e dois Assistentes Operacionais. A Gestão Urbanística e Territorial dispõe de um Chefe de Divisão, dois Coordenadores Técnicos e nove Técnicos Superiores. Tenho a certeza que se o Senhor Presidente da Câmara quiser confiar na valia técnica e na competência profissional desses recursos humanos encontrará forma de reduzir drasticamente os custos com contratação de serviços externos de projetos e estudos.

Deixo-lhe aqui este desafio. Dê oportunidade aos excelentes Técnicos que a Câmara tem e poupe em estudos e projetos, pelo menos, 50% do valor inscrito no Orçamento. Com essa poupança reforce as verbas relativas às infraestruturas e pavimentação de arruamentos que apenas com trezentos e cinquenta mil e cento e cinquenta mil euros, respetivamente. O que dizer de oito mil euros para pavimentação de passeios



em várias artérias da cidade? Bastará fazer uma breve visita a alguns bairros da cidade e passar nas suas principais artérias para perceber que a repavimentação é uma matéria urgente e necessária.

Para saneamento estão inscritos oitocentos e setenta e um mil euros, no abastecimento de água, trezentos mil euros, no capítulo da Cultura as ações culturais recreativas e religiosas contam com uma dotação de sete milhões seiscentos e um mil euros; a Fundação Nadir Afonso tem uma dotação de quatro milhões, quatrocentos e dez mil euros para 2014.

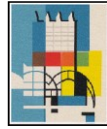
O valor de cento e sessenta e um mil seiscentos e vinte e dois euros afeto ao projeto 03P109, com a classificação económica 02070115 é para que fim? O projeto de arquitetura e especialidades desse equipamento cultural já foi pago? Qual foi o encargo do mesmo incluindo os custos de acompanhamento. Gostaríamos de conhecer o plano de exploração desse equipamento, bem como do respetivo orçamento anual. Esperamos que agora que a empreitada se aproxima do seu fim possamos conhecer esse plano de exploração.

Esperamos que no ano de 2014 possamos fruir do Museu das Termas Romanas pois os flavienses e os turistas já estão cansados de ver apenas taipais. Percebemos as questões técnicas de preservação do património edificado mas, o que se tem passado com esta intervenção já vai para lá do razoável.

Quanto ao *Desporto de Recreio e Lazer* a dotação inscrita é de quinhentos e trinta e dois mil euros. Continua a não estar previsto equipamento essencial como é uma piscina municipal coberta. Para quando a construção deste equipamento. A velhinha piscina municipal precisa de descansar e os flavienses merecem uma piscina que lhe ofereça todas as garantias e comodidade para a prática desportiva. Como foi possível chegar a 2014 e não dispor de um equipamento desta natureza? Se há concelhos no Alto Tâmega que precisam deste equipamento desportivo é o de Chaves, seja pela população escolar, seja pela prática desportiva, para os idosos, seja pela prática desportiva amadora, seja para os nossos jovens poderem treinar e competir.

*Nas Funções Económicas* temos uma dotação global de oito milhões e oitenta e sete mil euros. Ao nível da energia temos inscritos oitenta e três mil euros que não permitirá fazer a eficiência energética inscrita no respetivo Plano. Na atividade industrial gostaria que o Senhor Presidente da Câmara explicasse melhor o projeto do Centro de Competência Turismo, Termalismo, Saúde e Bem Estar. Quanto à questão do Parque Empresarial pensamos que não é com sete mil e oitocentos euros que irá fazer uma grande dinamização, reestruturação e requalificação e colocá-lo ao serviço do concelho e ao serviço da promoção de emprego.

Também não entendemos o que se pensa fazer em concreto para estimular e apoiar os empreendedores deste concelho, em especial os jovens que acabam a sua formação académica, que saem da Escola Profissional e do Centro de Formação Profissional e do Ensino Superior; o que a câmara de Chaves pretende fazer para apoiar as boas ideias e os bons projetos? Está disponível para criar um fundo municipal para formar recursos humanos e constituir um Gabinete de apoio ao empreendedor e ao empresário? Pensamos que não bastará apenas fazer simplificação administrativa de procedimentos.



As Grandes Opções do Plano não têm grande aposta na agricultura e floresta, e nada sobre comércio local.

Nos Transportes Rodoviários a dotação é de quatro milhões duzentos e cinquenta e um mil euros. Sobre as Grandes Opções do Plano, o essencial está dito, mas é importante dizer que apesar da dotação inscrita ser de vinte e quatro milhões, a tradição, o hábito, a história diz-nos que a execução anda sempre na casa dos dezassete, dezoito milhões de euros anuais.

Passemos agora ao Orçamento da Receita e da Despesa com o intuito de verificar da sua consistência e coerência com a execução dos últimos anos, ou seja: para confirmar ou infirmar o que comecei por afirmar que estamos perante um orçamento empolado, e um orçamento artificial, ou um orçamento rigoroso e verdadeiro. A credibilidade da ação governativa também advém da qualidade e rigor dos documentos técnicos que enquadram e fundamentam a decisão da gestão autárquica.

Ao nível da Receita global para 2014 já referi que são cinquenta e seis milhões de euros; ao nível dos impostos diretos pensamos que o valor, de acordo com as regras previsionais de cálculo, poderá haver uma meta que possa ser atingida por excesso. Gostaríamos de ser esclarecidos sobre a natureza da verba inscrita em impostos diretos, de cinco milhões cento e setenta e sete mil euros. Se esse valor se refere à taxa a arrecadar da ocupação do subsolo e ainda se este é um crédito firme ou é um crédito controvertido. Se se tratar de uma receita com algum grau de fragilidade quanto à sua cobrança, isso constitui um enorme risco para o equilíbrio orçamental e muito provavelmente para o endividamento municipal. Estamos a falar de 17,75% do total da receita corrente e 10,36% do total da receita estimada para 2014.

Gostaríamos que nos fosse melhor explicada a receita referente aos rendimentos propriedade cuja classificação é 05109902.

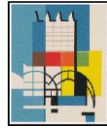
A autarquia estima arrecadar com saneamento um milhão e duzentos mil euros, com resíduos sólidos novecentos e setenta e quatro mil euros e venda de água um milhão trezentos e trinta e cinco mil euros.

Está agora aqui um grande risco para este orçamento que tem a ver com a Receita de Capital. A Câmara estima arrecadar com a venda de terrenos e edifícios sete milhões e quinhentos mil euros, mas a verdade é que em 2012 arrecadou duzentos e noventa mil euros. O desequilíbrio orçamental poderá ser uma realidade.

Ao nível da participação comunitária presumimos que são todos contratos de financiamento e que é receita segura e garantida. Na prestação de contas teremos oportunidade de verificar esta matéria.

Ao nível da Despesa Corrente temos que dizer que os oito milhões setecentos e vinte e cinco mil euros, com despesas com pessoal, representam 28%, relativamente ao executado de 2012. É um valor significativo. Entendemos que a maior riqueza que tem o município de Chaves são os seus profissionais, os seus trabalhadores e com essa matéria prima de qualidade penso que será possível fazer muito mais.

Gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara nos explicasse também por que razão ao nível das classificações económicas «outros» estão alocados cerca de quatro milhões de euros.



Deixo aqui o desafio de que a Câmara proponha a todas as freguesias do concelho, de forma estável para os quatro anos, um acordo que lhes permita cumprir as suas obrigações e fazer uma execução equilibrada.

Os encargos com juros são da ordem de um milhão e duzentos e setenta mil euros. Esta é uma situação de nos preocupa e pensamos que deveria ser alterada para 2014 mas não o foi. Em janeiro de 2014 as Grandes Opções do Plano e o Orçamento entram em simultâneo em vigor e é uma situação que terá de ser corrigida, no próximo ano, porque de outra forma a Câmara de Chaves ficará numa situação de incumprimento.

Preocupando-nos com a falta de sensibilidade social, com a vida das pessoas e ficando patente a deficiente orçamentação de iniciativas da área social, não havendo o cuidado, como fizeram outros municípios do país, de criar um fundo de emergência para fazer face ao previsível aumento de precaridade social, mais elementar, como igualmente nos preocupa a inexistência de relevante investimento de qualidade promoção da atividade económica e do emprego. Se a Câmara Municipal de Chaves fizesse uma gestão rigorosa e equilibrada não teria de gastar um milhão e duzentos mil euros só com juros bancários e mais um milhão de trezentos mil euros com juros de mora só com as faturas do lixo. Estes mais de dois milhões e quinhentos milhões de euros seriam suficientes para criar um Fundo de Emergência Social para as famílias desempregadas, os idosos sem rendimentos e as crianças mais desprotegidas, garantindo assim o seu mínimo de subsistência, designadamente o direito a uma alimentação diária. Este montante permitiria também promover a atividade económica e o emprego, bem como apoiar e promover os produtos locais. Acresce que os pilares enunciados pelo Senhor Presidente da Câmara no discurso de tomada de posse, centrados nas pessoas e no emprego, não se encontram concretizados nos documentos previsionais para o ano de 2014.

Nesta perspetiva parece-nos que os documentos apresentados, pela falta de detalhe, pela aparente ausência de estratégia e de ideias para o concelho, ficando por ações dispersas sem objetivos definidos bem enquadrados e com definição rigorosa de metas e de objetivos, revelam descoordenação e desequilíbrios que consideramos muito negativos pelo que, em consciência votaremos contra”.

**ANA MARIA RODRIGUES COELHO** do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“A elaboração e posterior execução dos documentos previsionais manifesta a intenção do Executivo Municipal em assegurar a prossecução dos objetivos que se propôs, procurando simultaneamente ir de encontro àquelas que definiu como as suas prioridades estratégicas nas Grandes Opções do Plano: Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Inclusão e Solidariedade Social, Valorização do Território, Valorização das Atividades Económicas, Cooperação e Serviços.

Num ano em que a crise financeira, económica e social em Portugal continuou a agudizar-se, o Município de Chaves, à semelhança dos restantes municípios do país, das empresas e de cada um dos portugueses, vê-se cada vez mais confrontado com a necessidade de gerir minuciosamente, recursos cada vez mais escassos, para satisfação das necessidades das populações. Ao nível da Administração Local, no último Biénio, fruto da imposição de limites mais rigorosos de endividamento para a

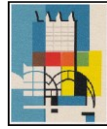


Administração Local e de uma maior dificuldade de financiamento das Autarquias junto do sistema bancário, observou-se um incremento da dívida não financeira pelo recurso ao financiamento junto dos fornecedores o que resultou no aumento dos pagamentos em atraso num número significativo de Municípios.

A aprovação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), introduziu a obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a assunção de compromissos, o que tem vindo a contribuir para a correção das práticas até agora seguidas no âmbito da execução orçamental. Esta lei veio reduzir significativamente o risco orçamental que existia anteriormente sendo que com as regras atuais o risco apenas se consubstancia na possibilidade de uma evolução da receita que não permita fazer face aos compromissos já assumidos ou aos legalmente previstos.

Assim, o orçamento de 2014, à semelhança do ano anterior, ronda os 57 milhões de euros, não registando grandes alterações em termos de estrutura e composição, e relativamente ao qual me parece importante realçar:

1. Do ponto de vista do orçamento corrente, é de salientar o aumento da poupança corrente desde 2012, com previsão de que as receitas correntes venham a ultrapassar as despesas correntes em mais de 5 milhões de euros. Significa isto que o município assume desde já, apesar da quebra que antecipa em quase todas as categorias de receitas correntes relativamente ao ano 2013, que poupará na sua gestão ao longo de 2014. Paralelamente, está prevista para 2014, a redução de praticamente todas as categorias de despesa corrente, à exceção dos “Juros e Encargos”, que registam uma subida muito significativa;
2. As receitas de capital, que representarão 41,48% das receitas totais em 2014, não serão suficientes para cobrir os 28,5 milhões de despesas de capital, previstas. No entanto, não há investimento sem despesas de capital. Nestas despesas, incluem-se, os diversos investimentos financiados através de projetos comunitários, como sejam: Fundação Nadir Afonso, Museu das Termas Romanas, Parque Estacionamento do Quarteirão da Adega do Faustino, Projeto Áquea e o Balneário de Vidago, requalificação da envolvente Aquanatur, mas também outros sem qualquer tipo de financiamento direto, que obrigarão o Município a um esforço adicional. De realçar que os projetos comunitários em execução, demonstradores do esforço de crescimento e desenvolvimento que o município empreende de há anos a esta parte, exigem um forte esforço financeiro e de tesouraria, fruto da metodologia de pagamentos em vigor e da necessidade de comparticipação de parte dos investimentos diretamente pelo município, que neste caso atinge os 5 milhões de euros;
3. Um orçamento tem opções políticas no seu Plano e não é mais do que a quantificação dessas opções. As Grandes Opções do Plano absorvem em 2014, 42,41% do total do orçamento, sendo que desse valor quase 50% está destinado a funções sociais, 33% a funções económicas e 17% a funções gerais. Perante os investimentos previstos, é clara a aposta municipal no reforço dos equipamentos culturais (Fundação Nadir Afonso, Museu das Termas Romanas), que por sua vez reforçaram o impacto dos investimentos previstos para o turismo (Projeto Áquea, Balneário de Vidago) e são complementados com



o investimento dirigido às atividades económicas em geral (Pavilhão Expo Flávia, Parque Estacionamento do Quarteirão do Faustino);

Acrescente-se, que o Município tem sofrido, desde 2010, cortes nas transferências correntes. 2014 não é exceção e o Município de Chaves verá as transferências do Orçamento de Estado reduzidas em quase 400.000 €. Registe-se que desde 2010 estes cortes atingem já os 2 milhões de Euros, valor este, a que tão-somente correspondem quase 10% das despesas de capital previstas para 2014. Se é verdade que o esforço financeiro para com a situação que o país vive deverá ser pago por todos, não é menos verdade que a discriminação positiva poderia aqui fazer todo o sentido, favorecendo os Municípios do interior, ou ainda os Municípios onde o rendimento *per capita* é claramente inferior à média nacional.

Finalizando, é óbvio que o município se confronta com uma escolha difícil entre investimento e contenção financeira. Não há investimento sem despesa...mas também não há equilíbrio financeiro sem aumento da receita e/ou redução da despesa. Nenhum de nós quer o seu município endividado...mas também nenhum de nós quer o seu município no marasmo económico e na degradação da situação social das suas populações... É portanto necessário o bom senso, equilíbrio e responsabilidade de todos, para fazer estas escolhas difíceis de acordo com os verdadeiros interesses das populações do concelho.

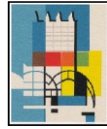
Assim, resta-me, numa análise mais assertiva, realçando as condições particulares que o país atravessa e que se refletem em todo o território nacional, referir que este orçamento cumpre os princípios contabilísticos pelos quais um bom orçamento se deve reger, ou seja mantendo o esforço do investimento canalizando mais de cinco milhões de Euros de receita corrente para despesa de capital”.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que sendo o orçamento um dos aspetos principais e decisivos da ação de um executivo é muito complicado, numa Assembleia Municipal com catorze pontos, ter tempo para o discutir.

“Sobre as contas vamos fazer algumas comparações entre o Município e o País. O País também está endividado e também se está a afundar porque os encargos do juro e da dívida o estrangulam. É fácil perceber que os eixos principais que fizeram chegar a esta situação tem responsáveis. São o PS e o PSD. Tem a ver com as Águas de Trás-os-Montes e com a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Venderam-nos o paraíso e agora descobrimos que só em dívida assumida temos catorze milhões de euros, fora o que está em discussão. Falando de política percebemos que as soluções para estes aspetos têm de ser nacionais. Uma grande parte das autarquias do país estão estranguladas e não é possível ultrapassar esta situação mantendo estes encargos. Seria útil haver frontalidade e sinceridade na discussão, entre todos, destas questões.

Não cumprindo a lei do financiamento local o governo corta consecutivamente as transferências para os municípios. Corta por um lado e rouba pelo outro. O que o Senhor Presidente da Câmara disse e penso que nos devia indignar a todos é que só no IVA da eletricidade são centenas de milhares de euros a mais de despesa e ninguém contesta isso.

Nas *Funções Sociais* há o défice provocado pelas políticas escolares. Foram encerradas escolas e foram transferidas mais responsabilidades na área do ensino



que não são correspondidas nas transferências económicas. A CDU alertou para essa situação nesta Assembleia mas a autarquia não percebeu na situação em que se estava a meter.

É indiscutível que a autarquia deve prestar apoio social mas a verdade é que não podemos esvaziar as responsabilidades do estado nos apoios sociais e pensar que é a autarquia que deve prestar todos os apoios sociais porque isso não é possível. Não é necessário ser muito informado para perceber que a tragédia na área social infantil está em explosão. Tentam explicar-nos que a crise está a passar, que foi um êxito económico mas o que transparece na discussão destes documentos é que isto está mal e no próximo ano vai estar pior.

Não entendo nada de economia, nem de gestão, nem de finanças mas não consigo perceber que sucessivamente haja legislação a impor orçamentos de cinquenta milhões de euros e cujas execuções andam na casa dos 30%. Não é fácil entender as rubricas e os números do orçamento e não estou a dizer que é culpa da autarquia. É o caso da verba que é transferida para o Grupo Desportivo de Chaves em que não consigo saber qual o valor que é transferido anualmente. Nesta matéria também gostava de saber, como cidadão, para além das transferências do orçamento qual o valor real que o desportivo recebe da autarquia noutros apoios. A manutenção das instalações, o fornecimento de água, e energia elétrica é paga por quem? Pelo Clube ou pela Câmara?

Sendo este o primeiro orçamento deste executivo está fortemente condicionado pelo endividamento da autarquia e pelas políticas nacionais dos governos do PS e do PSD que nos últimos anos governaram o país.

Quando se discutiu a “Derrama” que incide sobre o lucro de empresas nacionais que não têm atividade lucrativa no concelho, houve aqui pessoas que votaram contra porque acham que isso pode prejudicar o investimento. No entanto entendem que é necessário investir numa série de ações mas não se percebe donde é que virá o dinheiro para esse efeito.

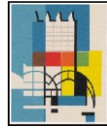
Neste contexto e neste cenário político de contenção orçamental a CDU vai abster-se na votação deste Orçamento”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas.

Senhor Dr. Manuel Cunha mais do que saber como chegamos aqui e uma das explicações para esse facto é que Chaves, em 2012, dos trezentos e oito municípios do país, foi o vigésimo em termos de investimento. Ora não pode haver investimento sem que em simultâneo não se gere alguma dívida. A outra explicação foi dada também pelo Senhor Dr. quando referiu os sistemas multimunicipais. Expliquei, há pouco, que o montante do défice que os sistemas geram em média, é de dois milhões e duzentos mil euros, anuais. Isto poderia resolver-se se elevássemos as tarifas da água e dos resíduos sólidos a um custo extraordinário, pago pelos munícipes e a autarquia cumpria junto da Empresa das Águas de Trás-os-Montes. Mas essa posição seria, certamente, reprovada por esta Assembleia.

A autarquia aplica a tarifa social em que os primeiros cinco metros cúbicos são cobrados vinte cêntimos abaixo do valor de aquisição pela autarquia à empresa. Isto era défice mas é uma responsabilidade social que estamos a assumir.





Concordo com o Senhor Dr. Manuel Justino quando diz que as soluções têm de ser nacionais porque efetivamente assim tem de ser.

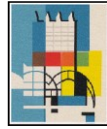
Na informação sobre a atividade municipal é mencionada uma reunião em Lisboa com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local com quem fui conversar sobre esta matéria e questionei-o da seguinte forma: vai haver algum novo programa de assistência às autarquias locais, ou não? O Senhor Secretário de Estado respondeu-me que sim. Nessa perspetiva o executivo municipal irá propor a esta Assembleia que autorize a autarquia a aderir a esse programa e obter o dinheiro todo que faz falta para pagar as dívidas aos sistemas multimunicipais.

Subscribo na íntegra tudo o que o Senhor Dr. Nuno Ribeiro mencionou na sua intervenção, no que respeita às necessidades, mas o que não sei é como pode ser feito todo esse investimento e pagar a dívida ao mesmo tempo, sem haver possibilidade de aumentar a receita.

Na apresentação dos documentos eu disse que o Orçamento para 2014 foi elaborado de acordo com a realidade existente nesta altura e essa realidade foi parte daquilo que o Senhor Dr. Nuno explicou. Não entendo é como é que é possível criar fundo de socorro social e todos os demais que referiu sem aumentar impostos, sem aumentar as tarifas de água e do lixo, sem aumentar o custo de vida aos cidadãos em Chaves. Isto porque o governo continua a retirar dinheiro quer de forma direta, quer de forma indireta não cumprindo a Lei das Finanças Locais. Desde 2010 já nos retirou dois milhões de euros. No ano em que o governo aplicou a taxa do IVA na taxa normal da iluminação pública a ANMP devia ter tomado posição e não o fez. Já me foi sugerido apagar a iluminação pública no meio rural mas enquanto eu for Presidente da Câmara não o farei porque este é a prestação de um serviço público. O que farei é eliminar o que está em excesso.

As escolas do Concelho não fecharam por iniciativa da Câmara, com exceção das escolas da Estação, Santa Cruz/Trindade e Outeiro Seco porque, geograficamente, estão mais próximo do Centro Escolar. As demais encerraram por imposição do governo e porque tinham menos de 21 alunos. Eu também não concordo com o encerramento das escolas e já tive oportunidade de o dizer noutros fóruns. Não se podem aplicar medidas desta natureza iguais para todo o território porque não é a mesma coisa fechar uma escola com menos de 21 alunos em Lisboa, em Aveiro ou em Chaves. O país deveria ter sido dividido em territórios de alta densidade e de média e baixa densidade com medidas diferenciadoras; se 21 alunos estão bem para Lisboa, nas zonas de média densidade devia ser de 15 e nas de baixa densidade devia ser de 10, mas não foi isto que aconteceu, fruto de políticas definidas por vários governos. Temos lutado e conseguimos manter a escola de Mairós que tem menos de 21 alunos.

Neste Orçamento existe transparência. Apesar de o município possuir património que possa ser vendido, com valor bem superior a sete milhões de euros, tenho consciência que não vamos gerar essa receita, até porque o mercado imobiliário está em baixa e eu disse isso com toda a transparência. Essa verba está inscrita porque faz falta para acomodar a dívida. Espero que em 2015 já não tenhamos necessidade de usar essa engenharia. A resolução da situação passa por obter um financiamento extraordinário por parte do governo e transferir a dívida de curto prazo para médio e



longo prazo. Isso tem vantagem porque a taxa de juros que estamos a pagar às Águas de Trás-os-Montes e à RESINORTE é de 7%, mas se obtivermos uma taxa de juro semelhante aquela que tivemos no PAEL, de 2,32%, está aqui a solução. Não há outra. A nossa obrigação é apresentar um orçamento equilibrado e é isso que estamos a fazer.

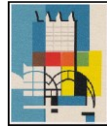
Este executivo já criou condições de competitividade Senhor Dr. Nuno. Temos um Parque Industrial bem dimensionado, com bom acesso, que inclui um Nó suportado integralmente pelo município. Ontem no Concelho da Região o Senhor Presidente da CCDRN informou que o novo Quadro Comunitário de Apoio não vai ter verbas para rede rodoviária, com exceção de construção de vias de acesso aos Parques Empresariais. Esta vertente considerada estratégia e prioritária para o governo já a fizemos, suportada integralmente, à custa do orçamento municipal, sem qualquer ajuda comunitária.

Livros a pessoas carenciadas? O Senhor Dr. devia saber que todos os alunos do escalão **A** recebem os livros totalmente de graça e os do escalão **B** recebem os livros a 50%. Nos demais haverá certamente injustiças mas isso começa logo no pagamento dos impostos. Provavelmente há alunos nos escalões A e B que não deviam lá estar, mas essa situação é definida em sede de IRS que ainda não está resolvida e não é a nós que nos compete resolvê-la.

A alimentação aos cidadãos carenciados também está garantida. Este governo criou um programa para que toda a gente tenha, no mínimo, uma refeição quente todos os dias. O número de pessoas que em Chaves está a utilizar essa medida é bem inferior àquilo que o Segurança Social estava disponível para pagar. Todas as IPSS com refeitório foram chamadas para uma reunião com o Senhor Diretor Regional da Segurança Social e muitas delas não aderiram por falta de pessoas a solicitar esse apoio. A Santa Casa da Misericórdia de Chaves está a prestar esse serviço e segundo se sabe a quantidade de alimento fornecida é suficiente para servir duas refeições, almoço e jantar.

A verba exígua para mobiliário é porque não é necessário adquirir mais mobiliário. Hoje todos os serviços têm mobiliário e instalações condignas e isso é para nós motivo de orgulho porque, efetivamente, tivemos a preocupação de conferir aos trabalhadores do município e em particular aos do setor operativo condições de trabalho muito dignas; também não vamos aumentar o número de funcionários, pelo contrário vamos diminuí-lo.

Temos apostas estratégicas e este orçamento demonstra isso. Queremos fazer do Concelho e Chaves um destino termal de excelência. A requalificação do Balneário das Termas de Chaves, com mais este investimento que está a ser feito através do projeto ÁQUAE em que a vertente «Bem Estar» vai ser significativamente reforçada. Com isso pretendemos trazer outro tipo de turistas/aquistas. Todos sabemos que o Balneário das Termas de Chaves é o equipamento que mais gente trás à cidade e o nível e a qualidade dos nossos estabelecimentos hoteleiros e de restauração está muito interligado com o Balneário que, ao longo dos anos, tem sido acarinhado pelos executivos que têm passado pela Câmara Municipal. Neste projeto está incluído o Balneário de Vidago onde queremos atrair de novo o turismo termal para aquela Vila.



Com esse medida pretendemos criar emprego e trazer melhorias económicas para as pessoas. Essa é uma opção estratégica bem evidente.

A verba que está prevista para o ordenamento do território é fundamentalmente para cartografia e muito pouca para aquisição de serviços externos. Confio, pessoalmente, nos técnicos da Câmara Municipal, de modo particular nos do setor de planeamento e tudo o que está vertido no PPI é proposta do Chefe de Divisão. Há alguns estudos que terão de ser feitos fora do município porque os nossos técnicos não conseguem cobrir todas as áreas. É a equipa liderada pelo Senhor Arquiteto Rodrigo Moreira que está a liderar a revisão do PDM. Aqui a aposta é interna e espero que no futuro quer os projetos de arquitetura, quer de engenharia civil sejam elaborados no Gabinete de Projetos da Câmara Municipal, o que já está a acontecer; já elaboraram o projeto base do Pavilhão da Escola Nadir Afonso e neste momento estão a elaborar os projetos das novas piscinas municipais que irão a uma próxima reunião de câmara.

A rúbrica que referiu tem a ver ainda com o pagamento do projeto da Fundação Nadir Afonso, no valor de cerca de cento e sessenta e um mil euros.

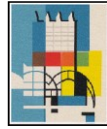
A intervenção do Partido Socialista, através do Senhor Dr. Nuno Vaz Ribeiro, começou por referir a dívida da autarquia e a partir daí limitou-se a fazer propostas para aumentar a despesa. Não fez nenhuma proposta para aumentar a receita. A grande questão é saber como é possível pagar a dívida, aumentando a despesa, sem ter condições para aumentar a receita. Se tivermos a possibilidade de recorrer ao tal financiamento extraordinário, certamente resolveremos todos esses problemas de dívida de curto prazo e juros e a partir de 2015 teremos orçamentos completamente ajustados à realidade, sem problemas.

Devo dizer ainda que se o Governo criar as Águas do Norte, com a possibilidade de verticalização do sistema, a Autarquia deve concessionar a baixa à empresa porque o défice da água só será resolvido dessa forma. A empresa tem um teto máximo para o aumento da água, fixado por imposição da Empresa Águas de Portugal, em, 26,00€ por 10 m<sup>3</sup> entre água domiciliária e águas residuais que, no caso do concelho de Chaves vai obrigar a um pequeno aumento por m<sup>3</sup>; vai à próxima reunião de camara o novo tarifário, no qual está acautelada a preocupação social, e onde vão ser introduzidos outros fatores como famílias numerosas e situações semelhantes.

A rede de distribuição da cidade está a necessitar de um grande investimento. A tributação das águas residuais a 110, 120 e 130% relativamente ao consumo de água domiciliária significa que há uma quantidade significativa de águas pluviais que descarrega nas condutas de águas residuais que não estamos a pagar; isso resolve-se à custa de um grande investimento que a autarquia não tem condições financeiras para fazer mas que a empresa tem. Ao ser implementado o teto máximo que está estabelecido para toda a região norte, não teremos mais problemas com essa situação.

Há a promessa de que não vai haver privatização das Águas; está a decorrer a privatização dos resíduos sólidos. O Governo está a preparar a privatização da Empresa Geral de Fomento, que detém 51% dos sistemas multimunicipais e espero que, posteriormente façam a verticalização do sistema e façam a sua gestão total.

Termino dizendo à Senhora Dra. Ana Coelho que concordo totalmente com a sua intervenção onde foram dadas muitas das respostas que eu iria dar”.



**NUNO VAZ RIBEIRO** do PS usou novamente da palavra para dizer que o Senhor Presidente da Câmara reiterou na sua intervenção que a situação financeira da autarquia é difícil e que isso faz com que o orçamento para 2014 não possa cumprir as regras que Lei das Finanças Locais vai impor a partir do dia 1 de janeiro de 2014.

“Estamos hoje a aprovar um orçamento que no dia 1 de janeiro já está em situação de incumprimento. Isto porque se está a recorrer a um instrumento que é utilizado em muitas autarquias do país, e que permite o empolamento da receita para contrabalançar a despesa existente. Esta situação existe efetivamente em muitos municípios, que os conduziu a uma situação de desequilíbrio orçamental, e de endividamento municipal. Em 2014 as regras de cálculo do endividamento municipal vão ser alteradas e aí alteram os limites de capacidade de endividamento.

O Senhor Presidente disse e é verdade que muita da dívida resulta do défice tarifário dos resíduos sólidos e da água, mas também resulta do aumento da despesa corrente que foi feita ao longo dos anos. Se tivermos oportunidade de comparar os orçamentos percebemos que vai havendo um acréscimo nas despesas correntes. Esta solução que foi avançada é uma solução de recurso; é mais um resgate financeiro porque um PAEL II vai ser o resgate financeiro II. Isto porque é um reconhecimento de que as autarquias são incapazes de satisfazer as necessidades coletivas das respetivas populações e só o vão fazer transformado dívida corrente, de curto prazo em dívida de médio e longo prazo. Estas regras só eram possíveis de serem aplicadas aos municípios em situação de desequilíbrio financeiro estrutural. Agora aplica-se a muitos.

De facto o PPI tem uma verba substancial para Funções Sociais mas eu não sei bem se os presentes sabem o que são funções sociais. Isso significa que podem gastar-se sete milhões e seiscentos mil euros na cultura, quatro milhões e quatrocentos mil euros na Fundação Nadir Afonso. Verdadeiras Funções Sociais no que diz respeito a apoio às crianças, às famílias, aos idosos não são os valores referidos há pouco. Também é apoio social o que se gasta no Desporto, no Ordenamento do Território.

É verdade que a aposta estratégica no Turismo está aqui bem evidenciada, mas faltam aqui muitas outras porque este vetor estratégico tem de ser complementado por muitos outros”.

**RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA** da CDU disse que gostava de lembrar ao Senhor Presidente da Câmara que a questão colocada pelo Senhor Dr. Manuel Cunha relativamente ao Grupo Desportivo de Chaves não foi respondida.

“A CDU gostava de saber qual o valor que está inscrito no orçamento para o Grupo Desportivo de Chaves e se a Câmara Municipal concorda com as posições tomadas esta instituição desportiva. O Grupo Desportivo é autónomo, os seus sócios podem fazer aquilo que entenderem mas, também é verdade, que deve haver transparência na gestão das verbas do município. Na nossa ótica essa posições levadas a efeito pelo Grupo Desporto de Chaves limita e condiciona o acesso ao desporto, por parte dos jovens do concelho.

Gostaria de lembrar o Senhor Presidente da Câmara que seria importante haver uma refeição para as pessoas mais necessitadas no horário do jantar”.

Terminou desejando a todos um feliz Natal e um Próspero ano de 2014.



**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas neste último período de intervenções dizendo:

O Senhor Dr. Nuno Ribeiro referiu uma situação importante quando disse que “as Câmaras estão endividadas”. Não mencionou a Câmara de Chaves porque se fossemos exceção é que teria havido erro extraordinário de gestão, mas não houve. De facto o que tem acontecido é que o poder central tem tratado muito mal as câmaras municipais; não cumpre a Lei das Finanças Locais, em cada novo ano há um artigo de exceção no Orçamento de Estado à mencionada lei para retirar verbas que são devidas aos municípios, ao contrário de outros países da União Europeia em que os municípios são responsáveis por gastar 50% do OGE. Em Portugal isso não acontece. Pelo contrário. Cada ano o FEF é mais reduzido, são transferidas mais funções sociais para as autarquias e também cada ano é muito maior a pressão dos cidadãos. A título de exemplo, temos um número significativo de funcionários da autarquia como Auxiliares de Ação Educativa nas escolas do 1º. Ciclo, que ultrapassa o acordo com a Administração Central. Para além de funcionários do quadro ainda utilizamos pessoas que estão a receber o subsídio de desemprego para colocar no apoio às refeições e na vigilância das escolas. Isto é função social.

Relativamente aos sistemas multimunicipais, que são o grande problema da Câmara Municipal de Chaves, estou descansado e com a consciência tranquila. O PSD em 2001 votou contra e propôs uma solução alternativa. O partido Socialista é que não aceitou. A nossa solução alternativa, que pode ser comprovada pela consulta dos livros de atas da reunião de câmara dessa altura, era que os municípios do Alto Tâmega criassem o seu sistema multimunicipal, detido por eles a 100%, e aí incorporassem a EHATB.

A EHATB que tinha como objeto apenas a produção de energia elétrica passava a ter nesse objeto a componente Ambiente que forneceria água em quantidade e qualidade. O Partido Socialista chumbou a proposta dos vereadores do PSD na reunião de Câmara e aderiu aos sistemas multimunicipais. É um problema que temos de resolver. A questão que se coloca é saber se temos dinheiro para todos os vetores estratégicos.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 50 votos a favor, 6 abstenção (2 da CDU, 1 do CDS, Presidentes das Juntas de Freguesia de Curalha, Nogueira da Montanha e Santa Leocádia) e 21 votos contra do PS (13 do PS, 6 do MAI e os Presidentes de Junta de Aguas Frias e Travancas). Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 6 - PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM SA. PROPOSTA N.º 32/GAP/13.**

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que este ponto da ordem de trabalhos decorre da Lei do Setor Empresarial Local Sob proposta do Órgão Executivo Municipal vem à Assembleia Municipal, para informação, a nomeação do Fiscal único para a Empresa Municipal que é o mesmo que tem vindo a exercer essa função – Dr. Rui Alberto Machado de Sousa.



Também a título informativo foi nomeado o Senhor Vice-Presidente da Câmara Carlos Castanheira Penas como representante do órgão executivo na Assembleia Geral da Empresa Municipal, a que preside; como 1º. Secretário a Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência - Dra. Fátima Calvão e como 2º. Secretário o Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência – Dr. Joaquim Lima.

O Conselho de Administração é presidido pelo Presidente da Câmara e tem como vogais os Senhores Vereadores Paulo Alves e João Carlos Neves. Qualquer um destes Órgão não tem qualquer custo para o município. Ao contrário de outros municípios que criaram empresas municipais para distribuir lugares. A nossa única Empresa Municipal nunca teve esse objetivo e foi criada porque é muito mais fácil gerir o Balneário dessa forma.

Não houve intervenções.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

#### **PONTO 7 – LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. INFORMAÇÃO Nº21/SC/2013.**

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da Proposta dizendo que quando há compromissos plurianuais a lei determina que seja a Assembleia Municipal a autorizar.

Estamos a pedir uma autorização genérica para situações que resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano e cujos encargos não excedem o valor de noventa e nove mil euros.

Em cada Assembleia Municipal será dado conhecimento dessa situação.

Usou da palavra o **SENHOR DEPUTADO FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SILVA PRETO** do MAI que disse o seguinte:

“Em relação a este ponto, está a pedir-se à Assembleia Municipal que autorize a Câmara a assumir determinados compromissos que sejam de carácter plurianual.

Durante a campanha eleitoral disse se fosse eleito membro da Assembleia Municipal iria fiscalizar a atividade da autarquia. Nesse sentido e porque a Câmara não é do MAI, não podemos. Politicamente, conceder esta autorização previamente. Os eleitos do MAI votaram como entenderem. Eu, pessoalmente, vou votar contra”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor Dr. Preto que os membros desta Assembleia vão ter oportunidade de escrutinar, em cada sessão, as decisões que o Órgão Executivo for tomando, face à deliberação que hoje vai ser tomada. Esta é uma norma de boa gestão e uma questão de transparência.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 69 votos a favor, 3 abstenções (2 da CDU e 1 do CDS) e 5 votos contra do MAI. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

#### **PONTO 8 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA**



**CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº22/SC/2013.**

Não houve intervenções.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento da presente informação.*

**PONTO 9 – CONTRATO DE TRANSAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, S.A. PROPOSTA Nº 33/GAPV/2013.**

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que esta proposta é o novo acordo para um novo plano de pagamentos com a RESINORTE sobre o Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos.

Esta Assembleia aprovou, oportunamente, um plano de pagamentos em trinta e seis prestações e hoje propomos que esse plano seja feito em cinquenta prestações.

Entendemos ser esta uma medida de boa gestão dado que com o atual acordo o valor mensal a pagar é superior a cento e trinta mil euros/mês. Com esta proposta passaremos a pagar noventa e um mil oitocentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos/mês. Com o novo acordo o valor dos juros aumenta mas o valor fixo a pagar será suportável, o que não acontece com o valor atual.

Há a perspetiva de que no primeiro semestre de 2014 fique disponível o novo programa de assistência; se assim acontecer, será suspenso este acordo. Transforma-se novamente toda a dívida em dívida de curto prazo a aciona-se o plano de assistência para a liquidar, passando a pagar-se os juros, com já antes disse, a uma taxa de entre 2 a 3%.

Esta Câmara já está a cortar na despesa (caso do fogo de artifício nas festas da cidade, com críticas de muita gente e certamente com expressão no resultado eleitoral, mas é preferível cortar aqui do que nas prestações sociais mais imediatas.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**ANTÓNIO JORGE S. PINTO DE BARROS** do PS – cumprimentou os presentes e disse que, sobre esta matéria, gostaria de ver esclarecidos alguns pontos:

“O contrato que nos é proposto para assinar é apresentado pela Empresa RESINORTE pelo serviço que prestou à Câmara Municipal de Chaves. De acordo com esta proposta este serviço não foi posto em causa, presumindo que tenha sido prestado dentro do que foi acordado e, portanto, deveria ter sido pago na devida altura e não me parece que tenha havido motivos para esse não pagamento. Sendo assim eu pergunto qual a razão para que a autarquia não tenha pago atempadamente esta dívida no valor de três milhões e quinhentos mil euros. É que, ao não ser paga atempadamente surgem valores relativos aos juros de mora e aqui estamos a falar em cerca de um milhão e quinhentos mil euros de juros.

Estes juros vão ser negociados através de uma transação. Uma transação é um contrato para por fim a um litígio entre partes, mediante concessões recíprocas. A RESINORTE propõe-nos uma transação em que a Câmara Municipal de Chaves assume a integralidade dos três milhões e quinhentos mil euros. A RESINORTE propõe que acrescentando a essa dívida, a Câmara Municipal de Chaves assumira o pagamento de cerca de um milhão e meio de euros de juros; a Câmara concede pagar os juros mas a Empresa não concede nada. Para além disso há uma outra



situação que eu, como advogado, luto para que isso não aconteça, em defesa dos interesses dos meus clientes e que é, aquilo que vulgarmente se chama de juros sobre juros.

No ponto dois da cláusula dois, deste contrato diz-se que cada uma das prestações referidas no número anterior serão adicionados os juros de mora respetivos, contados à respetiva data de pagamento. Isto significa que quando fazemos um plano de pagamentos, a cada uma das prestações vão ser calculados os juros de acordo com o pagamento dessa mesma prestação. Neste caso cinquenta prestações em que à primeira caberá um juro equivalente a um mês, à segunda a dois meses, à terceira a três meses e assim sucessivamente. Mas estamos a esquecer-nos de uma coisa. É que pela cláusula primeira os juros iniciais da dívida de 2009, 2010 e 2011 já capitalizaram, o que significa que já se tornaram também dívida. Estes juros das prestações calculados a 7,75%, que é um juro comercial, vão ser calculados não em função da dívida real, que são três milhões e meio de euros, mas em função de quatro milhões e meio. Não é lógico que a Câmara Municipal não se tenha oposto a esta situação tendo em conta que é um acordo de transação proposto pela RESINORTE. Mas ainda há outra situação mais grave do que esta no ponto 5 da cláusula nº. 2. Em direito há uma regra que diz que o não pagamento de uma das prestações faz com que as seguintes se vençam.

A Câmara Municipal de Chaves não paga a 6ª prestação e a RESINORTE tem o direito de, de imediato, exigir essa prestação e todas as restantes a vencer no futuro. O número nº. 5 diz que o vencimento automático previsto no número anterior abrange todos os juros incorporados, nomeadamente de mora em cada uma das prestações que serão integralmente devidos, consolidando o valor global da dívida. Isto significa que, na eventualidade de a Câmara falhar um ou dois dias, o pagamento de uma das prestações, a RESINORTE pedirá a prestação em falta mais as prestações subsequentes, acrescidas dos juros já calculados para essas prestações. Isso leva a que a Câmara Municipal possa executar de uma só vez a totalidade da dívida, a totalidade dos juros iniciais, a totalidade dos juros correspondentes às prestações e, em execução, calcular juros de mora. Isto são juros sobre juros, sobre juros.

Entendemos que o objetivo do executivo não seja o empobrecimento da autarquia, contudo, esta situação parece-nos demasiado grave para que a possamos aceitar. É uma dívida proveniente da prestação de serviços. Desconhecemos as razões porque não foi paga e por essa razão adveio um aumento que poderá duplicar a dívida.

No quadro das prestações as letras mais pequeninas dizem «a calcular na taxa de juro de mora comercial em vigor». Isto significa que a prestação de noventa e um mil oitocentos e noventa e sete euros e noventa e cinco cêntimos vai ser acrescida do juro que houver nessa prestação.

Parece-nos que a dívida ascenderá os quatro milhões e meio de euros e eu pergunto ao Senhor Presidente, que força teve junto da RESINORTE para negociar esta situação e para não aceitar estas condições. Pergunto ainda se os serviços da autarquia que assessoraram o processo deram o seu aval para esta negociação”.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU disse ter entendido que passados anos a fazer a recolha e tratamento dos resíduos sólidos através da RESINORTE, se descobriu que era possível negociar esses serviços a metade do preço.





“Isto parece uma competição entre uma empresa privada, como muitas fizeram em Portugal, que quer viver à custa do estado. Mas estamos a falar de uma autarquia e de uma empresa que ainda é pública.

Chamo a atenção para o facto de que fomos nós que quisemos alienar tudo isto quando era a autarquia que prestava esse serviço. E foi feito em nome da qualidade e dos custos. Entretanto, porque os custos são exorbitantes, deixamos de ter capacidade de pagar; estivemos a pagar custos que posteriormente foi possível reduzir para metade, nalguns aspetos e depois as negociações para amortizar a dívida, segundo opinião do Senhor Dr. Jorge Pinto de Barros, do PS, parecem feitas entre um grupo de mafiosos e as vítimas.

Quando me referido às questões das águas e dos lixos, que estão a estrangular as autarquias, entendo as soluções passam pelos municípios reassumirem essas competências, para acabarem com os gastos e investimentos exorbitantes que andam à volta de RESINORTE e das Águas de Trás-os-Montes.

Se concessionamos em vertical os lixos, os saneamentos e as águas, vem o momento em que a Câmara deixa de se responsabilizar. As autarquias preparam-se para entregar tudo nas mãos de privados e a partir daí as tarifas são impostas por quem fica com o “monopólio” da prestação desses serviços”.

**FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SIVA PRETO** do MAI disse que não vê esta questão com o mesmo dramatismo do Senhor Dr. Jorge Pinto de Barros.

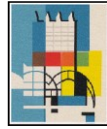
“Vejo que, de facto, o advogado da RESINORTE trabalhou bem, fez o papel dele na qualidade de advogado de um credor que tinha do outro lado um devedor que sabe que lhe paga. Também não estou a dizer que os advogados da Câmara trabalharam mal, mas certamente não tinham muito mais a fazer. Quem tem possibilidades de pagar se não o fizer, crescem os juros de mora.

A minha questão é a seguinte: sei que a Câmara tem possibilidades de obter empréstimos bancários com taxas de juro mais baixas e sabendo que os juros a pagar à empresa estão calculados a uma taxa de quase 8%, que é a taxa comercial, porque é que a autarquia não contrai um empréstimo a pagar 4% de juros, pagando de imediato tudo o que deve, ficando a dever ao banco cerca de metade do valor, a uma taxa muito mais reduzida.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas.

O Senhor Dr. Francisco Preto perguntou porque é que a autarquia não obtém melhores taxas de juro. Eu disse na intervenção anterior que quando reuni com o Senhor Secretário de Estado coloquei a questão especificamente de Chaves e pedi a sua resolução. Foi-me dito que o governo apresentará no próximo mês de janeiro, na Assembleia da República, um novo projeto de lei para formatar um novo programa de assistência.

Esse programa permitirá obter financiamento a longo prazo, com uma melhor taxa de juro. Mas, independentemente disso, devo dizer ao Senhor Dr. que numa reunião com uma instituição bancária esse assunto foi abordado, tendo como horizonte uma possibilidade intermédia. Mas essa situação só poderá formalizar-se com o novo orçamento, quando for calculada a capacidade de endividamento da autarquia, e com a autorização da Assembleia Municipal.



O Senhor Dr. Francisco Preto enquadrado bem a situação. Claro que a Câmara tem de pagar. Não há como não pagar, até porque, sendo a RESINORTE uma empresa pública tem, se assim o entender, e, na ausência de incumprimento, pode ir diretamente ao orçamento de estado e fazer retenção das transferências da administração central, até ao limite máximo de 20%. É claro que nós não queremos que isso aconteça.

Senhor Dr. Manuel Cunha será que nós, nesta Assembleia Municipal, não vamos querer renovar a concessão de energia elétrica à EDP e voltar a autarquia a assumir essa competência? Imagino que não.

A ERSAR – Entidade Reguladora desta matéria – vai ver aumentada a sua capacidade reguladora e vamos confiar que estabeleça bandas tarifárias já que é isso que o governo pretende com o novo estatuto, quer no caso da água quer no tratamento de águas residuais, quer no tratamento dos resíduos sólidos.

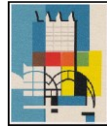
Rescindimos o contrato com a RESINORTE, na vertente de recolha de resíduos sólidos, e entregamos esse serviço a uma empresa privada, mediante concurso público, à qual estamos a pagar, sensivelmente, cerca de metade do valor que pagávamos anteriormente à RESINORTE. Isto porque existia um contrato assinado com a Empresa, por todos os Municípios do Alto Tâmega em que a RESINORTE estabeleceu o custo da tarifa uniforme para todos. A isto chama-se solidariedade. E é isso que eu pretendo que os municípios da área metropolitana do Porto façam com os transmontanos no que respeita às tarifas da água e tratamento de águas residuais. Essa quebra de solidariedade verificou-se pela falta de sustentabilidade. Entre o que municípios pagam e o que a autarquia tem de pagar há um défice anual de um milhão de euros.

Mas a dívida não é o somatório desses anos todos. A autarquia pagou cerca de seis milhões de euros, para além daquilo que recebe das tarifas que cobra aos municípios. Hoje os municípios estão a promover concursos individualmente e a tarifa de Chaves será a mais barata de todas porque é a que tem mais escala; percorrendo menos quilómetros recolhem-se mais toneladas. Com esta quebra de solidariedade os outros municípios vão ter a recolha dos resíduos sólidos mais cara do que tinham com a RESINORTE.

Informo o Senhor Dr. Jorge Pinto de Barros que o sistema gera défice. Daí a acumulação da dívida, apesar de todos os anos o orçamento municipal ter vindo a pagar parte desse défice. Mas para além do défice também se deu prioridade ao investimento. Se tivéssemos pago integralmente estas faturas reconhecidas, provavelmente não teríamos o volume de investimento que foi feito e o que está a decorrer.

Os juros vincendos que o Senhor colocou há pouco não constam deste acordo. Nesta situação em concreto o poder negocial é nulo, para além de aumentar o número de prestações que de 36 passou para 50. Vamos pagar mais juros, é certo, mas também ficamos com alguma folga para prestação de serviços sociais e de outra natureza. O acordo em discussão foi validado pelos serviços financeiros e jurídicos da autarquia e o benefício da empresa é ter direito à dívida. Tão só isso.

O que se pretende é que o Governo e a Assembleia da República aprove o Plano de Assistência Financeira, que a Câmara de Chaves tenha possibilidade de ter



acesso a um valor de dezoito milhões de euros para pagar as dívidas na íntegra à RESINORTE, às Águas de Trás-os-Montes e à Direção Geral do Tesouro do empréstimo que nos concedeu, no âmbito do Programa Polis. Com esta medida resolvemos financeiramente a situação do município de Chaves”.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 51 votos a favor, 26 abstenções (13 do PS, 6 do MAI, 2 da CDU e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Águas Frias, Calvão e Soutelinho da Raia, Nogueira de Montanha e Santa Leocádia) e zero votos Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

O **Senhor Presidente da Mesa** informou que o tempo regulamentar da sessão estava concluído e pediu autorização à Assembleia para concluir os trabalhos. A Assembleia autorizou.

#### **PONTO 10 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDEDO. PROPOSTA N.º 31/GAP/02013.**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que a Junta de Freguesia de Ervededo era proprietária de trator e de mais acessórios que lhe foram penhorados no âmbito de um processo de execução.

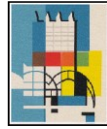
Esse equipamento foi colocado em hasta pública através da solicitadora de execução. O valor da execução era de superior a quatro mil euros. A Câmara Municipal entendeu por bem adquirir esses bens e licitou, com o objetivo de o devolver de novo à Freguesia através da figura de Contrato de Comodato. A devolução à Freguesia de Ervededo é justa na medida em que foi a sua população que o adquiriu com a finalidade de o utilizar na limpeza e manutenção dos caminhos, espaços verdes e outras superfícies da freguesia, e mais concretamente na zona envolvente do santuário de S. Caetano.

Com este contrato, cuja minuta se encontra apensa à presente proposta evita-se a penhora do equipamento.

Usaram da palavra:

**FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS** do PS - cumprimentou os presentes e disse que em junho de 2012, a propósito de uma nota técnica que a Câmara Municipal fez chegar às Juntas de Freguesia sobre o modo de elaboração das atas, nos termos da Resolução 4/2001, do Tribunal de Contas, fez uma intervenção na Assembleia Municipal onde referiu a preocupação de legalidade de algumas entidades, em contrapartida com a falta de fiscalização das Juntas de Freguesia, das suas atividades e modus operandos.

“Permito-me citar-me a mim mesmo e referir o que então disse: «se não se atua/fiscaliza, não se pode deixar de tropeçar em situações perfeitamente irregulares, a partir da própria situação da Junta e Assembleia de Freguesia, uma vez que essa eventual fiscalização camarária verificaria que há juntas de freguesia irregularmente constituídas. Verificaria que há juntas em que se demitiram vários elementos e que foram substituídos ad doc, sem qualquer preocupação de legalidade, apenas porque o seu presidente entendeu que chamar amigos, filhos ou adjacentes, sem passar cavaco à Assembleia, era suficiente. Mas mesmo que quisesse passar cavaco à Assembleia não o poderia fazer porque esta não existe, nunca existiu, nunca reuniu,



nunca foi chamada a pronunciar-se sobre coisa nenhuma e até é provável que os vários componentes nunca se tenham encontrado, duvidando quem são um, ou todos eles no seu conjunto».

Referi a preocupação de quem devia cumprir a lei e não a cumpre, sabendo que a Câmara Municipal não tem essa função de fiscalização e, na verdade, legalmente, pouco ou nada pode fazer porque e cito-me novamente, «quando qualquer pequeno ditador de pacotilha, tiranete disfarçado de democrata, autarca em proveito próprio, quase auto imposto representante da freguesia, derroga todos os dias, na prática, todos os meses, todos os anos, e em todos os mandatos, esta preocupação de legalidade. O que espanta é não ser feito nada para repor a legalidade, para meter na ordem os prevaricadores/infratores/criminosos, acenando apenas com uma bandeira a preto e branco tipo página A4 com notas técnicas».

Somos agora confrontados com este contrato de comodato entre o município e a Junta de Freguesia de Ervededo. Quero desde já dizer que não conheço o atual Presidente da Junta, o seu Secretário ou Tesoureiro ou ainda o Presidente da Assembleia e que nada têm a ver com isto. Serão pessoas respeitáveis e sérias, com toda a certeza, até prova em contrário. O que digo em nada se lhe pode aplicar pelo que as minhas palavras podem até soar a algo de injusto, mas o Órgão Junta de Freguesia é uma coisa e as pessoas são outra, não querendo eu ferir estas, de modo algum e a qualquer título.

Mas que não há órgão fiscalizador das juntas de freguesia, apesar de estas serem a base do edifício administrativo político do país, é verdade. Têm apoio, têm ajuda, têm orientações, mas a partir daí é com cada uma, tendo roda livre de atuação, apenas sujeitas à lei que muitas vezes não cumprem, só sendo sancionadas politicamente, e em casos raros e excecionais, criminalmente.

Achei curioso nesta proposta de comodato apresentada, referir-se que a situação financeira da junta em causa é débil, palavra macia, com toda a certeza. Para se chegar a esta situação/conclusão seria interessante encontrar respostas para as seguintes perguntas: quem ocupou o cargo de Presidente de Junta nos últimos doze anos? Quantas demissões se verificaram, porquê e como foram feitas as substituições? Quantas reuniões fez esse órgão? Que assuntos trataram e que atas lavraram? Quantas reuniões fez a Assembleia de Freguesia? Quantas senhas foram pagas? Onde estão as atas e as convocatórias? Quando foram aprovadas as contas em cada ano e para onde foram remetidas? Que dinheiro foi entregue à Junta de Freguesia pela Câmara Municipal e em que foi consumido? Que faturas de despesa estão arquivadas? Que obras foram feitas, por quem e a que preço? Como foram contratadas entregues ou adjudicadas?

Como não há conselho diretivo de baldios em Ervededo que terrenos baldios foram uso capeados por particulares, por quem, com que idade e qual a relação de parentesco que tem com o órgão dirigente?

Entrega-se então em comodato uma máquina a esta Junta de Freguesia porque financeiramente está em estado de debilidade, é grande, tem um santuário e três anexas. Então S. Pedro de Agostém não tem, mais anexas e um santuário? E Águas Frias? Não é mesmo maior, mesmo sem santuário? E Nogueira da Montanha? E Travancas e outras?



O contrato de comodato é legal e a minuta está conforme mas, por quanto tempo? Até que o município exija a devolução da máquina? E se entretanto o trator fizer falta noutras situações, não obstante a sua origem? Há aqui uma situação de desigualdade relativamente a outras Juntas de Freguesia. Se fosse um empréstimo a esta ou a outra junta pontualmente, tudo bem. Agora com contrato de comodato parece-me um bocado excessivo. Não há equidade, não há equilíbrio, não há igualdade. O povo diz que o crime não compensa. Tenho de concordar que não concordo mas neste caso apetece-me dizer que quem não cumprir, prevaricar, impuser, dominar, desbagar, favorecer, governar-se compensa. Ai lá isso apetece.

Bom seria evitar filhos ou enteados, tratar todas as freguesias em pé de igualdade, colocando ao dispor todos os meios necessários às satisfações das suas necessidades e das populações. Se quem não cumpre tem acesso a estes meios, por maioria de razão se devem facultar idênticas condições às juntas de freguesia cumpridoras”.

Terminou desejando a todos um Bom Natal.

**ILÍDIO JORGE CHAVES CORREIA** – Presidente da Junta de Freguesia de Ervededo pediu a palavra para dizer que é a primeira vez que usa da palavra neste Fórum e os motivos não são agradáveis.

“A situação em debate é muito desagradável e custa-me apresentá-la perante todos. O trator em causa era da Junta de Freguesia de Ervededo, mas sem querer colocar a questão da gestão do anterior executivo, esse equipamento foi a leilão e o executivo camarário comprou-o. Esta Junta de Freguesia apenas pediu a colaboração do executivo camarário porque o trator e demais utensílios fazem-nos falta para além de sublinhar que foi adquirido e expensas dos habitantes desta freguesia. Houve um peditário porta a porta e reuniu-se o dinheiro que o equipamento custou. Hoje o seu valor é simbólico, mas é o que significa para as pessoas que ajudaram a adquiri-lo, algumas com muito sacrifício e custa muito perder algo que nos custou a todos.

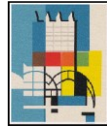
Esta Junta de Freguesia não está a pedir a cedência do trator; este continuará a ser propriedade do município. Está a pedir colaboração e não é demais referir que esse trator, que foi adquirido pelo povo da freguesia e que já trabalhou para a Câmara, na limpeza de caminhos da sua responsabilidade; o mesmo aconteceu com outras alfaias e com a cisterna que são propriedade da freguesia de Ervededo.

Entendo que a autarquia está a tomar a atitude certa e esta Junta de Freguesia agradece”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que o objetivo é efetivamente tratar todas as freguesias de forma igual.

Se esta ou outra freguesia, desde Águas Frias a Vilela do Tâmega, passar uma circunstância semelhante, pode contar com a colaboração da Câmara Municipal nesse sentido.

A Câmara Municipal e Assembleia Municipal não têm poder de tutela sobre qualquer uma das juntas de freguesias e a minha preocupação nas reuniões com os Senhores Presidentes foi dizer-lhes exatamente isso. A Câmara não exerce tutela nem quer exercer. Temos um Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias que está a trabalhar dentro de um serviço da câmara e eu sugeri aos Senhores Presidentes de Junta que constituam uma Associação de freguesias para que esse Gabinete saia da câmara e



seja gerido diretamente pela associação. A Câmara continuará a suportar o custo de funcionamento do Gabinete, nomeadamente com os seus funcionários que são funcionários municipais, mas não exercerá qualquer tutela sobre o seu conteúdo.

Como na Câmara Municipal, também as Juntas de Freguesia estão sujeitas à tutela inspetiva dos Órgão competentes – Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral da Administração Local e outras e qualquer cidadão pode apresentar queixa a essas entidades.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 72 votos a favor, 5 abstenções (3 do PS e 2 da CDU) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que como os últimos quatro pontos são eleições, a Mesa entendeu que, para uma melhor agilização do processo se poderia fazer as quatro em simultâneo, disponibilizando para o efeito quatro urnas e votos de cor diferente para cada eleição. Esclareceu que na eleição especificada no ponto nº. 12, só podem votar os membros eleitos e por essa razão serão chamados em primeiro lugar, a quem serão distribuídos 4 boletins de voto, enquanto os senhores presidentes de junta apenas receberam 3.

Foram apresentadas várias listas que foram identificadas por letras.

### **PONTO 11 – REVISÃO DO PDM DE CHAVES - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, A INTEGRAR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO - INFORMAÇÃO Nº 313, DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, DE 08.11.2013.**

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que apenas foi apresentada uma lista pelo Grupo Municipal do PSD indicando o nome da **Senhora Dra. Ana Maria Rodrigues Coelho** que obteve a seguinte votação:

Votos contra **0**

Votos a favor **46**

Votos em branco **21**

Votos Nulos **7**

Votaram 74 elementos

Foi eleita a **Senhora Dra. Ana Maria Rodrigues Coelho** com 46 votos a favor.

### **PONTO 12 – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM.**

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que foram apresentadas três listas pelo PSD, PS e MAI, respetivamente e às quais foram dadas as seguintes letras: A, B e C.

**Lista A** – António José dos Santos e Márcia Cristina de Jesus Teixeira, Ana Maria Rodrigues Coelho, António Santana Abelha e Milena Sofia Vieira de Melo - do **PSD**

**Lista B** - Nuno Vaz Ribeiro, Anselmo José Martins, José António Trindade Mendes, António Manuel Pires de Almeida, Gisela Maria Espirito



**Santo, Nuno André Coelho, Maria da Conceição Martins e Francisco Pinto de Barros – do PS**

**Lista C - Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto, João Augusto Madureira Ferreira, Emília Lurdes S. Martins Nogueira, Manuel Guerra e Carlos António Batista Feliz – do MAI**

Sujeitas a sufrágio por voto secreto e em simultâneo, obteve-se a seguinte votação:

**Lista A**

**17 Votos**

**Lista B**

**13 Votos**

**Lista C**

**7 Votos**

**3 Votos em branco**

**Votaram 40 elementos**

Como representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM foram eleitos, pelo Método de Hondt.

**Efetivos:**

- António José dos Santos
- Márcia Cristina de Jesus Teixeira
- Nuno Vaz Ribeiro
- Francisco José T. Lopes Silva Preto

**Suplentes:**

- Ana Maria Rodrigues Coelho
- António Manuel Santana Abelha
- Anselmo José Martins
- João Augusto Madureira Ferreira

**PONTO 13 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME.**

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que foram apresentadas duas listas pelo PSD, PS respetivamente e às quais foram dadas as seguintes letras: A e B.

**Lista A – *María Antónia C. Chaves Esteves* - do PSD**

**Lista B – *Domingos de Moura Alves* – do PS**

Sujeitas a sufrágio por voto secreto e em simultâneo, obteve-se a seguinte votação:

**Lista A**

**44 Votos**

**Lista B**

**21 Votos**

**8 Votos em branco**

**1 Voto Nulo**

**Votaram 74 elementos**



## Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 07/2013

Foi eleito o membro da Lista A, Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, **María Antónia C. Chaves Esteves**, com 44 votos a favor..

### **PONTO 14 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES NO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO DO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA E BARROSO – CCACSAT.**

O **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** informou que foram apresentadas as seguintes lista:

Lista A - **María Clotilde Tomaz – PSD**

Lista B - **Gisela Maria Esteves Espírito Santo - PS**

Lista C - **Manuel Justino Matos Cunha - CDU**

Sujeitas a sufrágio por voto secreto e em simultâneo, obteve-se a seguinte votação:

#### **LISTA A**

**43** Votos

#### **LISTA B**

**19** Votos

#### **LISTA C**

**7** Votos

**5** Votos brancos

Votaram 74 elementos

Fora eleito o membro da Lista A, Senhora Dra. **María Clotilde Tomaz** com 43 votos a favor.

O **Senhor Presidente da Mesa**, depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada Pelo Senhor Presidente da Mesa e subscrita por mim, María das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, \_\_\_\_\_

A Funcionária \_\_\_\_\_